



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAZINHO/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.113.631/0001-29, localizada na Praça Senador João Câmara, nº 20, Centro, Parazinho/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, a se processar de forma eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO**, objetivando a aquisição de insumos médico-hospitalares para atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Parazinho/RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 025/2022/GP/PMP e demais determinações legais regulamentares vigentes aplicáveis à presente licitação, devendo ser observadas as seguintes disposições:

INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 14h00min do dia **17/07/2025**.

LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 14h00min do dia **29/07/2025**.

ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h15min do dia **29/07/2025**.

PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO: Às 23h59min do dia **24/07/2025**.

PRAZO PARA PEDIDO DE ESCLARECIMENTO: Às 23h59min do dia **24/07/2025**.

LOCAL/SITE: www.bnc.org.br.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia, a partir do dia **17/07/2025**, no sítio www.bnc.org.br.

FORMALIZAÇÃO DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS: Pedidos de esclarecimento e/ou encaminhamentos poderão ser dirigidos diretamente ao Pregoeiro, através do Portal: www.bnc.org.br.

PREGOEIRO: GEOVANDERSON SOARES GOMES, instituído pela Portaria nº 191/2025/GP/PMP.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de insumos médico-hospitalares para atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Parazinho/RN.

2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA:

2.1. O critério de julgamento será por MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS (LOTE).

2.2. O modo de disputa será ABERTO.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:

3.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no OGM – Orçamento Geral do Município para o presente exercício, conforme abaixo delineado:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0052 MAN. DO FUNDO MUN DE SAÚDE



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

Ação: 201800 MAN. DO FUNDO MUN. DE SAÚDE-FMS

Natureza: 339030 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 15001002

Unidade Orçamentária: 09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0052 MAN. DO FUNDO MUN DE SAÚDE

Ação: 202000 MAN.DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Natureza: 339030 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 15001002

Unidade Orçamentária: 09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-função: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 0052 MAN. DO FUNDO MUN DE SAÚDE

Ação: 202100 MANUT.DE REC DO EST PARA SAÚDE

Natureza: 339030 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 15001002/16590000

Unidade Orçamentária: 09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-função: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 0052 MAN. DO FUNDO MUN DE SAÚDE

Ação: 202200 MANUT DA GESTÃO DO SUS

Natureza: 339030 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 15001002/16000000

Unidade Orçamentária: 09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-função: 303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÉUTICO

Programa: 0052 MAN. DO FUNDO MUN DE SAÚDE

Ação: 202400 REC DO SUS-PROM. ASSIST. FARM. E INSUMOS

Natureza: 339030 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 15001002/ 16000000

Unidade Orçamentária: 09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-função: 303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÉUTICO

Programa: 0052 MAN. DO FUNDO MUN DE SAÚDE

Ação: 202500 REC. DO SUS-ORG. DA ASSIST. FARMACEUTICA

Natureza: 339030 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 15001002/ 16000000

Unidade Orçamentária: 09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-função: 303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÉUTICO

Programa: 0052 MAN. DO FUNDO MUN DE SAÚDE

Ação: 295400 MAN. REC EST. FARMÁCIA BÁSICA

Natureza: 339030 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 16210000

4. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

4.1. O presente Edital encontra-se disponível para consulta e retirada de cópia no sítio eletrônico: www.bnc.org.br.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei de Licitações ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

5.2. A impugnação ao Edital deverá ser protocolada através do sítio eletrônico: www.bnc.org.br.

5.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico: www.bnc.org.br, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, consoante preceitua o parágrafo único, do Art. 164, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4. Compete ao interessado fazer um minucioso exame do Edital, seus Anexos e documentação correspondente, de modo a poder apresentar, por escrito, todas as divergências, dúvidas ou erros porventura encontrados, para a devida correção ou esclarecimentos, em até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, conforme disposição elencada no Art. 164, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.5. Os pedidos de esclarecimento e/ou encaminhamentos poderão ser dirigidos diretamente ao Pregoeiro, através do Portal: www.bnc.org.br.

5.6. O Setor de Licitações e Contratos responderá as questões pertinentes que lhe forem formuladas, disponibilizando as respostas no sítio eletrônico www.bnc.org.br, devendo os licitantes e interessados habilitarem-se no Sistema Eletrônico Bolsa Nacional de Compras, para receber, simultaneamente, as questões formuladas e as respectivas respostas.

5.7. A impugnação interposta em desacordo com as condições deste Edital e seus Anexos não será conhecida.

5.8. O pedido de esclarecimento requestado em desacordo com as condições deste Edital e seus Anexos não será respondido.

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO:

6.1. O prazo de vigência do Contrato inicia-se na sua assinatura com término em 1 (um) ano, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO PROCESSO ELETRÔNICO:

7.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Portal: www.bnc.org.br.

7.2. Para ter acesso ao Sistema Eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Portal www.bnc.org.br. Também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame na forma eletrônica.

7.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.5. No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do Sistema Eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

7.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

8.1. Poderá participar desta licitação qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no país, que atenda às exigências deste Edital e seus Anexos, que esteja devidamente credenciada, munida de chave de identificação e de senha, cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaçam as condições deste Edital.

8.2. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação, os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
- b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- f) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- g) Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio celebrado por mais de três empresas;
- h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- i) Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único, do Art. 12, da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017); e/ou
- j) Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no Art. 10, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

8.3. Nos termos do Art. 5º, do Decreto Federal nº 9.507/2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar:

- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

8.4. Para os fins do disposto no “subitem 8.3” acima, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, Art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e Art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).

8.5. Nos termos do Art. 7º, do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança da Prefeitura Municipal de Parazinho/RN.

8.6. É proibida a participação de interessado que já esteja contratado para serviços de assistência à fiscalização e gerenciamento de contratos da Prefeitura Municipal de Parazinho/RN, se o objeto da presente licitação estiver entre os contratos a serem fiscalizados ou gerenciados.

8.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato Agente Público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do Art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

8.8. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes neste Edital e seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

8.9. O licitante se responsabilizará exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.10. Na forma do Art. 58, caput e § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total estimado da contratação, com sua validade de 90 (noventa dias), e deverá ser apresentada junto com a proposta de preço nas modalidades de que trata o § 1º, do Art. 96, da Lei Federal nº 14.133/2021. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação. Implicará a execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

9. DA DISPUTA E DA CONDUÇÃO DO CERTAME:

9.1. A licitação será conduzida pelo Pregoeiro devidamente nomeado pela Autoridade Competente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no seguinte endereço eletrônico: www.bnc.org.br.

9.2. A operacionalidade do Sistema Eletrônico se fará por meio do Bolsa Nacional de Compras Públicas, através do sítio eletrônico www.bnc.org.br, junto ao qual os proponentes deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

9.3. O Bolsa Nacional de Compras Públicas se destina especificamente a realização da fase de disputa de preços, enquanto as publicações referentes ao processo de licitação devem ser acompanhadas através do site e/ou imprensa oficial da Prefeitura Municipal de Parazinho/RN, conforme o caso.

9.4. A participação na licitação, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado junto ao sítio eletrônico www.bnc.org.br, e subsequente encaminhamento da Proposta, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

9.5. O encaminhamento da Proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua Proposta e seus lances.

ATENÇÃO: 9.6. Caberá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema Eletrônico ou de sua desconexão.

9.7. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro, responsável pela condução do certame, no decorrer da etapa de lances, e o Sistema Eletrônico permanecer acessível aos licitantes, de forma que os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do certame eletrônico será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico: www.bnc.org.br.

9.9. Quando a desconexão representar uma efetiva e irreparável ruptura no certame, ou quando, após uma desconexão superior a 10 (dez) minutos, não se retomar, em prazo razoável, o processo de formulação de lances, a sessão do certame



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

eletrônico será definitivamente interrompida, o que acarretará, consequentemente, a renovação do procedimento, inclusive com nova publicação do aviso.

9.10. No caso de desconexão, cada licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao Sistema Eletrônico.

9.11. A abertura da sessão pública deste certame eletrônico, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas neste Edital, no sítio eletrônico: www.bnc.org.br.

ATENÇÃO: 9.12. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via *Chat*, em campo próprio do Sistema Eletrônico, não sendo aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.

9.13. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

9.14. Somente os licitantes com propostas cadastradas participarão da fase de lances.

9.15. A desclassificação da Proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema Eletrônico, com acompanhamento em tempo real pelos licitantes.

9.16. O horário oficial do sistema eletrônico será o **único válido** para fins de contagem de prazos.

10. DO ENVIO DA PROPOSTA E RESPONSABILIDADES DO LICITANTE:

10.1. A participação no certame eletrônico ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da Proposta.

10.2. Após a divulgação do Edital, os licitantes deverão encaminhar Proposta inicial com o valor na “Moeda Real (R\$)” considerando-se duas casas decimais, até a data e hora delineadas neste Edital, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, através do sítio eletrônico www.bnc.org.br, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

10.3. As propostas possuem prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura das propostas de preços.

10.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do Sistema, que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze), na condição de menor aprendiz, nos termos do inciso XXXII do Art. 7º da Constituição Federal;
- c) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal; e
- d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o Art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

10.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 16, da Lei Federal nº 14.133/2021.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

10.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.7. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

10.8. Nos casos de declaração falsa, a empresa licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no Art. 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos Arts, 337-E e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente Edital.

10.9. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

10.10. Ao cadastrar sua proposta no sítio eletrônico www.bnc.org.br, o proponente deverá fazer a descrição detalhada do objeto, não sendo aceitas descrições da proposta do tipo “conforme edital”.

10.11. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

10.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus Anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

ATENÇÃO: 10.13. O menor preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

ATENÇÃO: 10.14. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

10.15. A proposta do licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do objeto.

ATENÇÃO: 10.16. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.17. As propostas e eventuais anexos ficarão disponíveis no Sistema Eletrônico.

ATENÇÃO: 10.18. Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados no sítio eletrônico www.bnc.org.br e as especificações constantes no Termo de Referência, para efeito de proposta, entrega e recebimento do objeto prevalecerão as últimas.

10.19. Caberá ao licitante interessado em participar da presente licitação:

- Credenciar-se previamente no Sistema Eletrônico;
- Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via Sistema, a Proposta com o preço ofertado até a data e hora estabelecidas neste Edital;
- Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou da Prefeitura Municipal de Parazinho, promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

d) Acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e
e) Comunicar imediatamente ao provedor do Sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

10.20. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

10.21. A falsidade de quaisquer declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste Edital.

11. DA FASE DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO:

11.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances públicos, sucessivos e com menor preço, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e percentual consignados no registro de cada lance.

11.2. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

11.3. A etapa de lances da sessão pública será conforme Lei Federal nº 14.133/2021, o qual o site www.bnc.org.br se baseia para o presente processo licitatório.

11.4. O Sistema Eletrônico disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.5. Durante o transcurso da sessão os licitantes terão informações, em tempo real, do valor de menor preço registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

11.6. Será permitido aos licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa. Serão considerados intermediários os lances cujos valores forem iguais ou superiores ao menor ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante e registrado no Sistema Eletrônico.

11.7. O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no Sistema Eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

11.8. Caso o licitante não exclua o lance na forma do subitem “11.7”, excepcionalmente será admitida a desistência de lance registrado no Sistema quando, de forma inequívoca, restar demonstrado que o valor ofertado padece de erro material, falha operacional ou inconsistência evidente que o torne inexequível.

11.9. A eventual aceitação da desistência de lance por motivo justo não gera direito à repetição da fase de lances.

11.10. O modo de disputa será **ABERTO**. Nesse modo de disputa a etapa de lances tem uma duração inicial de 10 (dez) minutos. Se um lance for feito nos últimos dois minutos da etapa de lances, a etapa é automaticamente prorrogada pelo Sistema por mais 2 (dois) minutos, continuando enquanto forem apresentados lances nos 2 (dois) minutos finais, e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários. Se não houver mais lances durante a prorrogação, a recepção dos lances será automaticamente encerrada.

11.11. Encerrados os prazos estabelecidos para oferta de lances, o Sistema Eletrônico ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

11.12. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

11.13. Será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e equiparados, em caso de empate fícto, conforme prevê a Lei Complementar 123/2006, entendendo como empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa, pela empresa de pequeno porte ou equiparado sejam iguais ou superiores em até 5% (dez por cento) à proposta de menor valor, observadas as normas legais.

11.14. A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

11.15. Não ocorrendo a contratação da ME ou EPP, na forma prevista no subitem anterior, serão convocadas as ME's e EPP's remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do “subitem 11.13”, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

11.16. Quando convocada a ME ou EPP mais bem classificada deverá apresentar nova proposta, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

11.17. Na hipótese da não contratação nos termos previstos dos “subitens 11.13, 11.14, 11.15 e 11.16”, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

- a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;
- c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento estabelecido no Art. 5º do Decreto nº 11.430/2023; e
- d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.19. Em igualdade de condições, se não houver desempate na forma do “subitem 11.18” acima, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por (Art. 60 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11.20. As regras acima previstas não prejudicarão a aplicação do disposto no Art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

11.21. Aplicados os critérios estabelecidos no Art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme as regras previstas nos “subitens 11.18 e 11.19”, e persistindo o empate, a ordem de classificação será aquela definida pelo Sistema Eletrônico.

11.22. A Administração poderá solicitar documentos complementares e/ou realizar diligências para fins de comprovação das ações de equidade.

11.23. O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance manifestamente (indiscutivelmente) inexequível (possibilidade admitida pelo TCU, a exemplo dos Acórdãos 2920/2020, item 9.2.1 e 1620/2018, item 9.4.2, ambos do Plenário), mediante comunicação fundamentada via Sistema Eletrônico, sem prejuízo do direito de defesa.

11.24. A exclusão de lances considerados inexequíveis será feita apenas em situações extremas, nas quais se verifique o



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

registro de preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

11.25. Havendo necessidade, durante a fase de lances o Pregoeiro poderá suspender a sessão pública, mediante comunicação no campo próprio de mensagens (Chat) do Sistema Eletrônico utilizado, informando de forma clara e objetiva a nova data e horário para a retomada da fase de lances.

11.26. A comunicação realizada por meio do Sistema Eletrônico será considerada oficial para todos os efeitos, não sendo exigida nova publicação de aviso ou alteração do Edital.

11.27. A sessão da fase de lances será reaberta no dia e hora indicados na forma do “subitem 11.26”, permanecendo válidas todas as propostas e lances já registrados até o momento da suspensão.

11.28. Na hipótese de impossibilidade superveniente por parte do Pregoeiro de dar continuidade à fase de lances na forma do “subitem 11.27” acima, será definida nova data e horário para prosseguimento da sessão, devidamente comunicados no Chat do sistema eletrônico.

ATENÇÃO: 11.29. Caso requerido, o licitante melhor classificado será convocado para reelaborar e enviar, por meio eletrônico, a “PROPOSTA DE PREÇOS” adequada ao lance vencedor, **no prazo máximo de 2 (duas) horas**, conjuntamente com a documentação de habilitação exigida no item “14. DA HABILITAÇÃO” deste edital.

11.30. O prazo estabelecido no subitem “11.29” acima, poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, **formulada antes de findo o prazo**, e formalmente aceita.

ATENÇÃO: 11.31. No caso em que o critério de julgamento da licitação for o menor preço por grupo de itens (lote), além de apresentar a proposta adequada ao lance vencedor, na forma do subitem “11.29”, o licitante deverá, obrigatoriamente, ajustar os valores unitários de cada item diretamente no Sistema Eletrônico, de modo a refletir o valor global ofertado para o respectivo lote, sob pena de desclassificação.

ATENÇÃO: 11.32. Caso o licitante vencedor não realize o ajuste dos valores unitários de cada item no Sistema Eletrônico, na forma estabelecida no subitem “11.31”, o próprio Sistema impedirá a adjudicação do respectivo lote pela autoridade competente ao licitante vencedor, podendo ensejar a desclassificação do licitante.

12. DA ACEITABILIDADE E DO ENVIO DA PROPOSTA VENCEDORA:

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

12.2. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada (aquele que tiver menor preço) com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

- a) Contenha vícios insanáveis;
- b) Não obedeça às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital e seus Anexos;
- c) Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) Contenha mais de 2 (duas) casas decimais em seus valores propostos; e
- e) Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências deste instrumento convocatório, desde que insanável.

12.3. Atendidos os ditames da Lei Federal nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, sob pena de desclassificação.

12.4. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme disposto no Art. 59, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

12.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

12.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no Sistema Eletrônico, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

12.7. O prazo estabelecido no subitem “12.6” acima, poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, **formulada antes de findo o prazo**, e formalmente aceita.

12.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.9. Será declarado vencedor o licitante que, tendo ofertado o **MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS (LOTE)**, atenda às exigências deste Edital e seus Anexos.

12.10. Poderão ser desclassificadas as propostas de licitantes, até a assinatura do contrato, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou resarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento da licitação que desabone sua idoneidade ou capacidade jurídica, financeira, técnica ou administrativa, sem prejuízo do direito de defesa.

12.11. Caso requerido, a proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no Sistema Eletrônico e deverá:

- a) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo representante legal;
- b) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;
- c) Constar todas as especificações do objeto/itens, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência;
- d) Os preços unitário e total de cada item vencido, devendo ser expressos em moeda corrente nacional (R\$);
- e) Ocorrendo divergência entre os preços unitários e os preços totais, prevalecerão os primeiros; e
- f) No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão os primeiros.

12.12. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.13. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.14. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

13. DOS CUSTOS OPERACIONAIS:

13.1. Já deverão estar inclusos na proposta de preços ofertada os custos operacionais incidentes na execução do objeto deste Edital, tais como: despesas com funcionários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, locação e/ou depreciação de equipamentos usados nos serviços, impostos, taxas, fretes, seguros e qualquer outro que incida na execução do objeto licitado.

14. DA HABILITAÇÃO:

14.1. O licitante declarado vencedor deverá atender, EM SUA INTEGRALIDADE, às condições de habilitação devendo apresentar os documentos conforme a seguir elencado:

14.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cédula de Identidade do(s) titular(es) e/ou de todos os sócios;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente; e
- f) Aditivo(s) ao Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, se houver.

14.1.1.1. Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social do licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

14.1.2. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual ou Certidão de Não Contribuinte;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede do licitante, mediante Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal da sede do licitante ou Certidão de Não Contribuinte;
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, por meio de Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), da sede do licitante, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943, e instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011; e
- g) Declaração para fins do disposto no inciso VI, do Art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal.

14.1.2.1. O licitante em declarando em campo próprio do Sistema Eletrônico, fica dispensado da apresentação da declaração exigida na alínea "g" do "subitem 14.1.2" acima.

14.1.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, e às empresas constituídas no exercício o Balanço de Abertura, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do estado sede da empresa e assinado por profissional habilitado, devendo-se juntar, conforme o caso, os termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, a fim de comprovar a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data estabelecida para apresentação dos documentos nesta licitação;

a.1) No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação de balanço, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial;

a.2.) No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverá ser apresentado, além do Balanço e das Demonstrações Contábeis registrados no órgão competente, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital emitido pelo referido sistema;

a.3) Consideram-se "já exigíveis" as Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial referentes ao exercício social imediatamente antecedente ao ano da licitação, quando a data de apresentação dos documentos de habilitação ocorrer a partir de 01 de maio (Art. 1.078, I, do Código Civil), mesmo no caso de licitantes obrigados ao SPED, devendo ser



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

desconsiderado prazo superior para transmissão das peças contábeis digitais estabelecido por atos normativos que disciplinam o citado SPED (conforme entendimento do TCU, Acórdãos 1999/2014 e 119/2016, ambos do Plenário);

a.4) Empresa que, de acordo com a legislação, não tenha apurado as demonstrações contábeis referentes ao seu primeiro exercício social, deverá apresentar balanço de abertura, levantado na data de sua constituição, conforme os requisitos de legislação societária e comercial; e

a.5) O balanço deverá ser assinado pelo representante legal da empresa e por Contador devidamente habilitado.

b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. Caso a certidão não apresente data de validade, será admitida como válida aquela emitida no máximo há 60 (sessenta) dias da data fixada para realização deste certame.

14.1.3.1. Em se tratando de licitação para aquisição de bens de pronta entrega, a ME, EPP e equiparados ficam dispensados da apresentação do balanço patrimonial.

14.1.3.2. Caso o licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital.

14.1.3.3. Em se tratando de licitante subsidiária integral, caso sua empresa controladora esteja em recuperação judicial, deverá ser apresentado Termo de Compromisso no qual o licitante assegure que manterá a capacidade técnica, econômica, financeira e operacional, com vista a assegurar a execução do contrato.

14.1.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, conforme o caso, por meio da apresentação de Atestado ou Certidão expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da empresa licitante, comprovando a execução anterior correlata ao objeto deste Edital.

14.1.5. DOCUMENTOS DE NATUREZA DECLARATÓRIA:

- a) Declaração de ciência e pleno conhecimento dos termos do Edital;
- b) Declaração de cumprimento com os requisitos de habilitação constantes no Edital;
- c) Declaração de atendimento à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação;
- d) Declaração de que a Proposta Econômica ofertada na licitação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;
- e) Declaração de inexistência de fatos impeditivos para a habilitação na licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- f) Declaração de que o licitante não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV, do Art. 1º, e no inciso III, do Art. 5º, da Constituição Federal;
- g) Declaração de atendimento ao disposto no § 2º, do Art. 4º, da Lei nº 14.133/2021, que no ano-calendário de realização da licitação, o licitante ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolarem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para fins de obtenção de benefícios que se referem os Arts. 42 a 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (**DECLARAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME, EPP e EQUIPARADO**); e
- h) Declaração de conhecimento pleno de todas as informações e das condições locais para a plena execução do objeto licitado.

14.1.5.1. Caso o licitante realize a declaração em campo específico disponibilizado pelo Sistema Eletrônico, ficará dispensado de apresentar as declarações previstas no subitem "14.1.5", conforme o caso.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

14.1.5.2. Os modelos das declarações anexas a este edital têm caráter orientativo, servindo como base para que os licitantes elaborem suas próprias declarações, de forma a facilitar o cumprimento uniforme das exigências editalícias, visando à celeridade e segurança do certame.

14.1.5.3. Não obstante, os licitantes não estão obrigados a utilizar os modelos anexos em sua forma exata, sendo aceitas declarações em formatos próprios, desde que contenham de forma clara, integral e inequívoca o teor exigido no edital, atendendo aos mesmos elementos, compromissos e informações previstos nos respectivos modelos.

14.2. Em havendo necessidade de realização de diligência, o licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), tais como: cópias de nota fiscal e/ou nota de empenho e/ou do termo de contrato que deram suporte à contratação.

14.3. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial do licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

ATENÇÃO: 14.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

14.5. Na análise dos documentos, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

ATENÇÃO: 14.6. O Pregoeiro verificará mediante consulta *online* nos respectivos sítios eletrônicos dos órgãos oficiais, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Resultado da consulta realizada junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pelo Portal da Transparência;
- b) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade comprovando o nada consta junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- c) Certidão Negativa de empresas Punidas obtida no CNEP – Portal da Transparência; e
- d) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos, obtida no TCU.

14.7. As certidões acima referidas (alíneas “a, b, c e d” do subitem “14.6”) poderão ser obtidas em consulta consolidada no endereço eletrônico a seguir: <https://certidores-apf.apps.tcu.gov.br>.

14.8. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, como também em nome de seus sócios majoritários, por força do Art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

ATENÇÃO: 14.9. Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante, por falta de condição de participação.

14.10. O licitante deverá apresentar a documentação relativa à “HABILITAÇÃO” de forma simultânea ao envio da proposta inicial, mediante anexação no Sistema Eletrônico (www.bnc.org.br), respeitando o limite de tamanho de arquivos imposto pelo sistema, podendo os documentos serem incluídos em tantos arquivos quantos forem necessários.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

14.11. Por motivo de força maior, caso o licitante não consiga enviar a documentação na forma do “subitem 14.10” acima, deverá relatar o problema, **dentro do prazo estabelecido no referido subitem**, via Sistema Eletrônico, cuja solicitação será submetida à avaliação do Pregoeiro quanto a sua aceitação.

14.12. A ME/EPP e equiparados que possuírem restrição em qualquer dos documentos de “Regularidade Fiscal e Trabalhista”, previstos no “subitem 14.1.2” deste Edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação.

14.13. O benefício de que trata o subitem anterior não eximirá a ME/EPP da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

14.14. O prazo de que trata o “subitem 14.12” poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

14.15. A não regularização da documentação, no prazo fixado no “subitem 14.12”, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação nos ternos deste Edital, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

14.16. Para os documentos que não mencionarem prazo de validade será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição.

14.17. O licitante declarante responderá pela veracidade das informações prestadas.

15. DA LIMITAÇÃO DE REMESSA DE ARQUIVOS ELETRÔNICOS:

15.1 Por limitação do Sistema Eletrônico, o envio da documentação relativa à “PROPOSTA” e à “HABILITAÇÃO” poderá ser realizado mediante a inclusão de quantos arquivos forem necessários.

16. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

16.1. Na hipótese do licitante arrematante ser considerado inabilitado por desatender às exigências de habilitação, serão requeridos e analisados a proposta e os documentos de habilitação do licitante subsequente, por ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

16.2. A hipótese que trata o subitem anterior poderá ser realizada mais de uma vez, até que se obtenha um licitante habilitado, sempre observando que sua proposta deverá estar abaixo do orçamento referencial.

17. DOS RECURSOS:

17.1. Declarado(s) o(s) licitante(s) vencedor(es) pelo Pregoeiro, será concedido o prazo de 10 (dez) minutos para que os licitantes participantes manifestem, de forma imediata e motivada, a intenção de interpor recurso, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

17.2. A ausência de manifestação no prazo estabelecido será interpretada como renúncia ao direito de interposição de recurso, permitindo ao Pregoeiro prosseguir com o certame para a fase de habilitação e demais atos subsequentes, inclusive adjudicação e homologação.

17.3. A mera manifestação da intenção de recorrer dentro do prazo concedido não dispensa a apresentação posterior das razões recursais, as quais deverão ser protocoladas no prazo estabelecido pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, garantindo-se aos demais licitantes o direito de apresentarem contrarrazões, também por meio do sistema, no prazo igual e sucessivo.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

17.4. Em havendo manifestação recursal, o licitante interessado deverá apresentar os memoriais de recurso (razões recursais) no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou da lavratura da ata da decisão, conforme disposto no Art. 165, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, exclusivamente pelo sistema eletrônico utilizado no certame.

17.5. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso, 3 (três) dias úteis, e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, em consonância com o preceito no Art. 165, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.6. É assegurado aos licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7. Os recursos deverão ser protocolados através do sítio www.bnc.org.br.

17.8. Se o Pregoeiro não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no Art. 165, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.10. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.11. O recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital e seus Anexos não será conhecido.

17.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

17.13. Os prazos previstos neste Edital e seus Anexos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do Município de Parazinho/RN.

18. DO ENCERRAMENTO E DISPOSIÇÕES SOBRE O FUTURO CONTRATO:

18.1. Finalizada a fase recursal e definido o resultado de julgamento, o procedimento licitatório será encerrado e encaminhado a Autoridade Competente que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Anular o procedimento, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- c) Revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade; ou
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação em ato único, para posterior assinatura do contrato.

18.2. Encerrada a licitação, o Pregoeiro divulgará os atos de adjudicação do objeto e de homologação do certame.

18.3. A recusa injustificada do ADJUDICATÁRIO em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

18.4. Será facultado ao Município de Parazinho/RN, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

18.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, o Município poderá convocar os licitantes remanescentes, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste Edital:

- a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do ADJUDICATÁRIO; e



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.6. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

19. DO ASSESSORAMENTO TÉCNICO E JURÍDICO:

19.1. No exercício de suas atribuições, o Pregoeiro poderá contar, sempre que necessário, com o suporte técnico e/ou jurídico dos órgãos de assessoramento e controle interno, para dirimir dúvidas ou obter subsídios.

20. DA FISCALIZAÇÃO:

20.1. Estão devidamente designados pela autoridade competente do CONTRATANTE, o(a) Senhor(a) Gleyber Miranda Silva na função de “Gestor do Contrato” e o(a) Senhor(a) Marinalva Adelino da Silva Santos na função de “Fiscal do Contrato”, nos termos do Art. 117, da Lei nº 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

20.2. O Fiscal do Contrato terá o direito de rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto prestada em desacordo com as cláusulas contratuais e especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

20.3. Caberá ao Gestor do Contrato, e ao seu substituto nas hipóteses de seu afastamento e/ou impedimento legal, o cumprimento das atribuições previstas no Decreto Municipal nº 025/2022/GP/PMP, no que couber.

20.4. Caberá ao Fiscal de Contrato, e ao seu substituto nas hipóteses de seu afastamento e/ou impedimento legal, o cumprimento das atribuições previstas no Capítulo XXIII do Decreto Municipal nº 025/2022/GP/PMP, no que couber.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

21.1. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os Servidores ou Empregados do Órgão ou Entidade Contratante e dos Órgãos de Controle Interno e Externo.

21.2. A CONTRATADA deverá manter as condições de habilitação, inclusive o recolhimento do ISSQN ao Município de Parazinho/RN, durante toda a execução do contrato, observando a legislação tributária vigente.

21.3. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme o caso.

21.4. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

21.5. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme o caso.

21.6. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no “subitem 21.7” abaixo.

21.7. Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações da CONTRATADA (Art. 121, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

21.8. A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

22. DO FATURAMENTO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E DA PENALIDADE PELO ATRASO DE PAGAMENTO:

22.1. O faturamento das despesas será realizado conforme especificação constante na Ordem de Compra/Serviço, devendo ser em nome do Município de Parazinho/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.113.631/0001-29, com endereço na Praça Senador João Câmara, nº 20, Centro, Parazinho/RN.

22.2. O pagamento será efetuado ao FORNECEDOR em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do Setor de Compras Municipal, acompanhada das certidões negativas de débitos referentes à Regularidade Fiscal e Trabalhista legalmente exigíveis.

22.3. As notas fiscais/faturas devem ser encaminhadas na forma do “subitem 22.2” acima, mediante protocolo de solicitação de cobrança, e quando apresentarem incorreções serão devolvidas ao FORNECEDOR, de forma que o seu vencimento ocorrerá após a data de sua reapresentação válida para as correções solicitadas, não respondendo o CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

22.4. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome do FORNECEDOR.

22.5. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da execução e aceitação do serviço fornecido e/ou entrega do produto pelo FORNECEDOR, este não estiver em perfeitas condições no que tange a qualidade dos serviços executados e/ou materiais fornecidos, bem assim de acordo com as especificações estipuladas neste Edital e Anexos.

22.6. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o FORNECEDOR for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do celebrado ou a documentação apresentada, a respectiva cobrança perante a unidade administrativa contratante será tornada sem efeito, com a consequente exclusão da lista classificatória de credores.

22.7. O FORNECEDOR será reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem dos prazos de liquidação e pagamentos oponíveis ao CONTRATANTE.

22.8. As despesas referentes ao objeto correrão à conta dos recursos do orçamento geral do CONTRATANTE vigente à época da avença e especificadas as dotações orçamentárias descritas nas autorizações de compra emitidas.

22.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o FORNECEDOR não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (atualização monetária) devida pelo CONTRATANTE, será calculada mediante a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.

22.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, decorrente dos serviços executados e/ou produtos já recebidos, constitui motivo para rescisão do contrato, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao FORNECEDOR o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

22.11. As demais cláusulas são aquelas previstas na minuta do contrato e no Termo de Referência anexos a este Edital.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

22.12. Os pagamentos também deverão observar as disposições do “Capítulo X – Dos Pagamentos” da Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber.

23. DOS ADITIVOS, DOS APOSTILAMENTOS E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

23.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos; e
- b) Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.

II - Por acordo entre as partes:

- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução, caso haja;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço; e
- d) Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

23.2. Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o resarcimento dos danos causados à Administração.

23.3. Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II acima, às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

23.4. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I acima, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

23.5. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I acima, não poderão transfigurar o objeto da contratação.

23.6. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.7. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

23.8. Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

23.9. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

23.10. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

23.11. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.12. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

23.13. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

- a) Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- b) Por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) Por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do Art. 46 da Lei Federal nº 14.133/2021; e
- d) Por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

23.14. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

23.15. Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

- a) À apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado; e
- b) Ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

23.16. A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

23.17. É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

23.18. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

23.19. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

23.20. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere o inciso II acima poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

23.21. A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

23.22. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- a) Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- b) Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- c) Alterações na razão ou na denominação social do contratado; e
- d) Empenho de dotações orçamentárias.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

24.1. Comete infração administrativa o licitante/fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida neste instrumento, conforme o caso;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou aceitar ou retirar documento equivalente e não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto avençado sem motivo justificado;
- i) Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a Licitação ou a execução do objeto;
- j) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto; e/ou
- k) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

24.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros:

- a) A declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP/Equiparado ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- b) A prática de ato ilícito com vistas a frustrar os objetivos desta licitação; e/ou
- c) A prática de praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

24.3. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, conforme o caso e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

24.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente.

24.6. A aplicação das sanções previstas neste Edital, em hipótese alguma, isenta a obrigação, por parte do fornecedor, de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

24.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

24.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração das responsabilidades deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

24.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

24.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por fornecedor, com ou sem a participação de Agente Público.

24.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

25. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO:

25.1. O planejamento operacional da execução de todo objeto contratado constitui-se obrigação da CONTRATADA, a qual se responsabilizará por todos os insumos necessários à execução, tais como: aquisições, contratações de mão de obra, licenças, sinalizações, equipamentos, softwares e hardwares, instalações, transporte, conforme o caso.

25.2. Aplicam-se à execução do objeto contratado as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, assim como as determinações da CONTRATANTE e da legislação pertinente, conforme o caso.

25.3. Configura-se como de total responsabilidade da CONTRATADA a qualidade dos materiais fornecidos e/ou serviços executados, inclusive a promoção de readequações, na forma da Lei, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto pretendido, conforme o caso.

26. DA ASSINATURA DO CONTRATO:

26.1. O ADJUDICATÁRIO será regularmente convocado para assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, através de seu representante legal, o qual terá o prazo de 3 (três) dias úteis após convocado para comparecer à sede da Prefeitura Municipal de Parazinho/RN.

26.2. A recusa injustificada do ADJUDICATÁRIO em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

27. DO LIVRE ACESSO:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

27.1. A CONTRATADA fica obrigada a permitir, a qualquer tempo, o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e/ou externo, aos seus documentos e registros contábeis, bem como a todos os documentos e/ou informações relativas e apresentadas no presente processo licitatório.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

28.1. Todas as referências de tempo citadas neste Edital e seus Anexos, no Aviso da Licitação e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

28.2. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão.

28.3. Nas atas das sessões públicas deverá constar o registro dos licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação da vencedora e da interposição de recurso, se for o caso.

28.4. Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da licitação.

28.5. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, pois a simples apresentação da proposta submete-o à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

28.6. No caso de eventual divergência entre o Edital e seus Anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

28.7. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo que a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o ADJUDICATÁRIO, o cancelamento da ata de registro de preços e/ou a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

28.8. O Município de Parazinho/RN reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como adiar *sine die* ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da PROPOSTA ou da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial do licitante, sem que isto gere direito à indenização ou resarcimento de qualquer natureza, sem prejuízo do direito de defesa.

28.9. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações e corrigir impropriedades, inclusive quanto à documentação de habilitação, ou ainda para complementar a instrução do processo.

28.10. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da Proposta, poderá o licitante, revalidar, por igual período, o documento.

28.11. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pelo Pregoeiro tudo em conformidade com as normas jurídicas e administrativas cabíveis.

28.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

28.13. Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Parazinho/RN.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

28.14. O orçamento estimado da presente contratação terá caráter sigiloso, não sendo tornado público antes da definição do resultado do julgamento das propostas, em conformidade com o disposto no Art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. A presente decisão justifica-se considerando que a manutenção do sigilo do orçamento até a fase de julgamento visa preservar o caráter competitivo do certame, prevenir a formação de conluio entre os licitantes e garantir a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. O sigilo impede que os participantes ajustem suas propostas de forma artificial aos preços de referência, fortalecendo a isonomia entre os licitantes e o interesse público, princípios basilares que regem as licitações públicas.

28.15. Na forma do Art. 17, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, como condição de validade e eficácia, os licitantes devem praticar seus atos em formato eletrônico.

28.16. Concluídos os trabalhos, o Pregoeiro encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação do(a) Exmo.(a). Sr.(a). Prefeita(a) do Município de Parazinho/RN, para decisão final, o que será objeto de publicação na Imprensa Oficial.

28.17. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Edital ou o Contrato vinculado a esta licitação, fica eleito o foro da Comarca do Município de João Câmara/RN, com exclusão de qualquer outro.

29. DOS ANEXOS:

29.1. São anexos deste Edital e dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I, contendo o Termo de Referência com as especificações do objeto;
- b) Anexo II, contendo a minuta do Termo de Contrato;
- c) Anexo III, contendo o modelo da declaração de ciência e pleno conhecimento dos termos do Edital;
- d) Anexo IV, contendo o modelo da declaração de cumprimento com os requisitos de habilitação constantes no Edital;
- e) Anexo V, contendo o modelo da declaração de atendimento à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação;
- f) Anexo VI, contendo o modelo da declaração de que a Proposta Econômica ofertada na licitação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;
- g) Anexo VII, contendo o modelo da declaração de inexistência de fatos impeditivos para a habilitação na licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- h) Anexo VIII, contendo o modelo da declaração de que o licitante não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV, do Art. 1º, e no inciso III, do Art. 5º, da Constituição Federal;
- i) Anexo IX, contendo o modelo da declaração de atendimento ao disposto no § 2º, do Art. 4º, da Lei nº 14.133/2021, que no ano-calendário de realização da licitação, o licitante ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolarem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para fins de obtenção de benefícios que se referem os Arts. 42 a 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (**DECLARAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME, EPP e EQUIPARADO**);
- j) Anexo X, contendo o modelo da declaração de conhecimento pleno de todas as informações e das condições locais para a plena execução do objeto licitado; e
- k) Anexo XI, contendo o modelo da declaração, contendo o modelo da declaração de conformidade ao disposto no Art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, que trata da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Parazinho/RN, 16 de julho de 2025.

Marcelo dos Santos de Andrade Junior
Setor de Licitações e Contratos



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

ANEXO I – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

TERMO DE REFERÊNCIA



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência foi elaborado para que, através do procedimento legal pertinente, seja que efetuada aquisição de materiais e insumos hospitalares diversos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Parazinho/RN, conforme condições, quantidades e especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. A aquisição destes materiais e insumos é fundamental para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população de Parazinho/RN, assegurando o pleno funcionamento das unidades de saúde, a prevenção de infecções e o cumprimento das normas sanitárias vigentes.

2.2. A experiência demonstra que a carência desses insumos pode levar a:

- a) **Interrupção de Serviços Essenciais:** Procedimentos simples como curativos, administração de medicamentos injetáveis e coleta de exames dependem diretamente da disponibilidade de materiais como luvas, seringas, agulhas e tubos coletores. A ausência desses itens impede a realização de tais atividades, gerando desassistência à população.
- b) **Riscos Sanitários e de Contaminação:** Insumos como máscaras, aventais e álcool em gel são cruciais para a **prevenção e controle de infecções**. A falta desses Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) coloca em risco tanto os pacientes quanto os profissionais de saúde, podendo levar a surtos de doenças transmissíveis e comprometer a segurança de todo o ambiente de atendimento.
- c) **Comprometimento da Qualidade do Atendimento:** A utilização de materiais inadequados ou a improvisação devido à escassez impacta diretamente a qualidade dos serviços prestados, podendo gerar desconforto, dor e até mesmo complicações para os pacientes.
- d) **Impacto no Planejamento e Orçamento:** A ausência de um estoque estratégico de materiais e insumos força compras emergenciais, que, via de regra, são mais caras e menos eficientes, gerando desperdício de recursos públicos. A presente contratação, de forma planejada, visa otimizar o uso do orçamento municipal e garantir a sustentabilidade dos serviços de saúde a longo prazo.
- e) **Cumprimento de Exigências Legais e Regulatórias:** A manutenção de estoques adequados de materiais e insumos hospitalares é uma **exigência das normas sanitárias vigentes**, especialmente as estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), essenciais para o licenciamento e bom funcionamento das unidades de saúde.

Assim, a aquisição proposta não é apenas uma necessidade administrativa, mas uma responsabilidade primária da gestão pública para com a saúde e o bem-estar dos cidadãos de Parazinho/RN, assegurando que os profissionais de saúde tenham as ferramentas necessárias para cumprir sua missão e que a população receba um atendimento digno e eficaz.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS:

3.1. Os bens/produtos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do Art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos no presente termo, por meio de especificações usuais de mercado.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

4.1. As diretrizes fundamentais para a elaboração deste documento são estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133 de 2021, proporcionando que o presente processo seja conduzido de maneira transparente, ética e eficiente, em total conformidade com os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem as contratações públicas.

4.2. O objeto pleiteado fundamenta-se no “ETP – Estudo Técnico Preliminar” devidamente realizado objetivando o fim de referência, mediante a demonstração da necessidade da execução e evidenciação do problema a ser resolvido, incluindo a análise da viabilidade técnica e econômica e finalizando com a identificação e estudo dos possíveis cenários para atender à demanda e indicação da melhor solução possível, conforme o caso.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

5.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de materiais e insumos hospitalares diversos, com o objetivo de atender de forma contínua, eficiente e segura às demandas das unidades de saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Parazinho/RN. A contratação será realizada por meio de processo licitatório, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico, em conformidade com a legislação vigente, garantindo ampla competitividade, economicidade e transparência.

5.2. A solução contempla:

I. Seleção de Medicamentos:

A lista de medicamentos controlados a serem adquiridos foi elaborada com base no perfil epidemiológico do município, nas prescrições médicas realizadas nas unidades de saúde e nas diretrizes do Programa Nacional de Assistência Farmacêutica.

II. Processo de Contratação/Seleção do Fornecedor:

A próxima etapa envolve a identificação e seleção de fornecedor para execução do objeto delineado. Isso será feito através de um processo de licitação competitivo e transparente, para garantir que o Município de Parazinho/RN obtenha o melhor custo-benefício. Por se tratar de bens comuns, deverá ser utilizada a modalidade pregão na forma eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 025/2022/GP/PMP, no que couber.

III. Fornecimento de Itens Essenciais

- a) Aquisição de insumos de uso rotineiro, como luvas descartáveis, seringas, agulhas, gazes, máscaras cirúrgicas, aventais, álcool 70%, entre outros;
- b) Inclusão de materiais específicos para procedimentos ambulatoriais, curativos, coleta de exames e atendimento de urgência;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

- c) Garantia de que todos os produtos estejam devidamente regularizados junto à ANVISA e atendam aos padrões de qualidade exigidos.

IV. Logística e Distribuição

- a) Entrega dos materiais diretamente nas unidades de saúde indicadas pela Secretaria, com frete incluso e responsabilidade do fornecedor;
- b) Possibilidade de entregas parceladas, conforme cronograma de consumo e armazenamento das unidades;
- c) Substituição imediata de itens com defeito, fora das especificações ou com validade comprometida.

V. Gestão e Monitoramento

- a) Controle de entrada e saída dos materiais por meio de sistema de registro interno da Secretaria;
- b) Acompanhamento do consumo e reposição com base em relatórios mensais das unidades de saúde;
- c) Avaliação contínua da qualidade dos produtos fornecidos e do desempenho do fornecedor.

VI. Conformidade Legal e Técnica

- a) Observância às normas da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes da ANVISA e demais órgãos reguladores;
- b) Elaboração de Termo de Referência detalhado, contendo especificações técnicas, estimativas de consumo, critérios de julgamento e condições contratuais;
- c) Garantia de que a contratação atenda aos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

VII. Etapas da Execução, Monitoramento e Avaliação

- a) Uma vez que o fornecedor tenha sido selecionado, a Prefeitura Municipal procederá à contratação, cuja execução atenderá aos critérios estabelecidos na seção “Métodos e Estratégias de Suprimento – Condições de Execução” constante neste instrumento.
- b) A Prefeitura Municipal monitorará a execução contratual através do Fiscal do Contrato, devidamente nomeado pela autoridade competente, o qual terá o direito de rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto prestada em desacordo com as cláusulas contratuais. Caberá ao Fiscal de Contrato, e ao seu substituto nas hipóteses de seu afastamento e/ou impedimento legal, o cumprimento das atribuições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no Decreto Municipal nº 025/2022/GP/PMP, no que couber.
- c) **Garantias e Responsabilidades do Fornecedor:** O fornecedor deve atender às exigências para garantir a qualidade e a segurança do produto fornecido:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

- d) **Atendimento às Especificações:** O produto ofertado deve compulsoriamente atender às especificações definidas neste instrumento.
- e) **Certificações:** O produto deve atender as normas técnicas definidas pelo INMETRO, ABNT, ANVISA e demais órgãos reguladores competentes, conforme o caso.
- f) **Responsabilidade Técnica:** O fornecedor se responsabilizará por eventuais problemas de qualidade

- Conclusão:

A solução para a aquisição em exame envolve um processo integrado que abrange desde a seleção e compra do produto até a entrega. A observância rigorosa dos métodos e estratégias de suprimento, bem como a observância dos aspectos de qualidade e de sustentabilidade, garantirão que o produto atenda às necessidades da municipalidade com eficácia e segurança. Essa solução visa assegurar a continuidade dos serviços de saúde, a segurança dos profissionais e pacientes, e a adequada aplicação dos recursos públicos.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

6.1. Para garantir a aquisição de materiais e insumos hospitalares diversos de forma eficiente, transparente e em conformidade com a legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de Parazinho/RN estabelece os seguintes requisitos para a contratação:

- I) **Conformidade Legal:** O fornecedor deve compulsoriamente atender às condições de habilitação e qualificação legalmente exigíveis. Ademais, devem ser priorizados fornecedores que atendam a legislação vigente acerca da sustentabilidade ambiental, demonstrando compromisso com práticas sustentáveis, como o uso de energias renováveis, a minimização de resíduos e a promoção de condições de trabalho justas, conforme o caso.
- II) **Capacidade de Fornecimento:** O fornecedor deve ser capaz de atender às demandas do Município, que podem variar ao longo da execução, devendo ter a capacidade de entregar as quantidades exigidas em um curto espaço de tempo, sem a definição de consumação máxima ou mínima.
- III) **Documentação Necessária:** o fornecedor deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no processo administrativo de contratação, se obrigando ao fiel cumprimento de todas as exigências postuladas.
- IV) **Qualidade do Produto:** O produto ofertado deverá atender aos padrões de qualidade delineado neste Termo de Referência, adequado a cada caso.
- V) **Certificações:** O produto deve atender as normas técnicas definidas pelo INMETRO, ABNT, ANVISA, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e demais órgãos reguladores competentes, conforme o caso.
- VI) **Preço:** O fornecedor deve oferecer preço de acordo com a realidade de mercado, conforme levantamento mercadológico realizado para definição do preço máximo referencial constante neste Termo de Referência, devendo considerar tanto o custo unitário do produto quanto os custos de entrega na avaliação do preço.
- VII) **Serviço de Entrega:** O fornecedor deve ser capaz de entregar, de forma eficiente, o produto diretamente no local pré-definido pela administração.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. Considerando tal finalidade, será necessário que o objeto desta contratação seja entregue de maneira parcelada em até 5 (cinco) dias úteis, seguindo as especificações detalhadas na Nota de Empenho e/ou Ordem de compras ou documento equivalente emitida pela Secretaria solicitante na sede Secretaria Municipal de Saúde ou local definido pela secretaria demandante, conforme o caso, dentro das condições estabelecidas neste termo de referência.

I) Início da Execução: Após a seleção do fornecedor que atenda aos requisitos de contratação, deverá ser formalizado o documento de compromisso entre as partes, mediante celebração de contrato, devendo-se constar os termos e condições de execução do objeto, incluindo a quantidade do produto a ser fornecida, o preço, as condições de entrega e pagamento, e as obrigações do fornecedor em relação à sustentabilidade e à qualidade do produto.

II) Entrega do Produto: Os produtos devem ser transportados em veículo que ofereça condições adequadas de transporte do produto, com data de validade e temperatura de armazenamento e conservação. NÃO PODERÃO SER VIOLADOS, FRACIONADOS E MANIPULADOS; UMA VEZ FORA DE SUAS EMBALAGENS ORIGINAIS PERDEM A GARANTIA E CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE, E DEVERÃO SER DEVOLVIDOS OU INUTILIZADOS PARA CONSUMO. As entregas deverão acontecer no horário de funcionamento da secretaria requisitante em horário pré-determinado, respeitando a presença do funcionário responsável pela conferência dos produtos.

III) Monitoramento e Avaliação: O Município monitorará o desempenho do fornecedor em relação ao cumprimento do avençado. Isso incluirá a verificação da qualidade do produto, a pontualidade da entrega e a conformidade com as práticas sustentáveis, conforme o caso.

IV) Reciclagem e Descarte: O Município será responsável pela coleta do produto usado e pelo encaminhamento para reciclagem ou descarte seguro, conforme o caso.

V) Encerramento: Ao fim do prazo de vigência da avença celebrada, o Município avaliará o desempenho do fornecedor, de forma que, se tiverem sido cumpridas satisfatoriamente as condições de execução do objeto, poderá ser considerada a prorrogação da evença, caso atendidos os critérios estabelecidos na Lei Federal 14.133/2021.

8. MODELO DE GESTÃO DA EXECUÇÃO:

8.1. O modelo de gestão da execução do objeto deve propiciar o pleno acompanhamento e fiscalização pelo Município, garantindo que o fornecedor cumpra suas obrigações contratuais e que a Administração Municipal receba produtos de boa qualidade, sendo estruturado da seguinte maneira:

I) Designação do Fiscal do Contrato e do Gestor de Contrato: O Município deverá designar Fiscal e Gestor de Contrato, os quais serão responsáveis pelo supervisionamento da execução, se configurando como elos de contato principal entre o Município e o fornecedor.

II) Monitoramento Regular: O Fiscal do Contrato deverá realizar um monitoramento regular do desempenho do fornecedor, incluindo a verificação da qualidade do produto entregue, a pontualidade das entregas e a conformidade com as práticas sustentáveis, conforme o caso.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

III) Relatórios Periódicos: Obriga-se o fornecedor, quando solicitado, a elaborar relatórios periódicos ao Fiscal do Contrato. Estes relatórios incluirão detalhes sobre as entregas realizadas, quaisquer problemas sobrevindos e as ações tomadas para resolvê-los.

IV) Reuniões de Acompanhamento: A critério da Administração Municipal, poderão ser realizadas reuniões de acompanhamento regulares entre o do Fiscal do Contrato e o fornecedor para discutir o desempenho acerca da execução e quaisquer outras questões relativas ao objeto.

V) Avaliação de Desempenho: No final do período de execução, o Fiscal do Contrato realizará uma avaliação formal do desempenho do fornecedor a fim de subsidiar a possibilidade de prorrogação da execução.

VI) Resolução de Problemas: Durante a execução do objeto, caberá ao Fiscal do Contrato promover as devidas providências de maneira oportuna e eficaz, municiando o Gestor de Contrato com as informações devidas e adequadas a fim de solucionar problemas surgidos, seja por falha do fornecedor, seja por solecismo da Administração.

Conclusão: Com este modelo de gestão do contrato, a Prefeitura Municipal de Parazinho assegura uma supervisão rigorosa e contínua da execução do contrato, garantindo a qualidade dos serviços prestados, a pontualidade da execução e a transparência na utilização dos recursos públicos.

9. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

9.1. A aquisição de materiais e insumos hospitalares diversos, embora não envolva atividade produtiva direta ou intervenção física no meio ambiente, pode gerar impactos ambientais indiretos, especialmente relacionados ao armazenamento inadequado, descarte irregular de resíduos farmacêuticos e emissão de embalagens no meio ambiente. Tais impactos, se não forem devidamente geridos, podem comprometer a saúde pública, a qualidade do solo e da água e a biodiversidade local.

Dentre os possíveis impactos ambientais associados, destacam-se:

- a) Acúmulo de resíduos hospitalares (como luvas, seringas, gazes, embalagens plásticas) que, se descartados de forma inadequada, podem contaminar o solo, a água e representar risco biológico. Risco de contaminação ambiental, caso haja descarte inadequado de substâncias químicas e embalagens em locais não autorizados;
- b) A grande quantidade de embalagens descartáveis pode contribuir para o aumento de resíduos não biodegradáveis.
- c) O processo de fabricação e transporte dos insumos hospitalares consome energia, água e combustíveis fósseis, contribuindo para emissões de gases de efeito estufa.

Para mitigar tais impactos, serão adotadas as seguintes medidas preventivas e corretivas:

- a) Seguir rigorosamente o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do município;
- b) Promover a segregação correta dos resíduos na fonte (resíduos comuns, recicláveis, infectantes e perfurocortantes);



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

- c) Capacitar os profissionais de saúde quanto ao descarte adequado e uso racional dos insumos;
- d) Contratar empresa especializada e licenciada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos infectantes.
- e) Priorizar, sempre que possível, a aquisição de produtos com embalagens recicláveis ou biodegradáveis;
- f) Incluir critérios de sustentabilidade no edital de licitação, incentivando fornecedores que adotem práticas ambientalmente responsáveis;
- g) Estimular a logística reversa para embalagens de determinados produtos, conforme previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
- h) Avaliar a possibilidade de aquisição regionalizada para reduzir a pegada de carbono no transporte;
- i) Incentivar fornecedores que adotem práticas sustentáveis em sua cadeia produtiva (uso de energia limpa, redução de desperdícios, certificações ambientais)
- j) Promover o uso racional dos insumos nas unidades de saúde, evitando desperdícios.

Com a adoção dessas medidas, busca-se garantir que a contratação atenda não apenas aos princípios da economicidade e da eficiência, mas também ao compromisso ambiental da Administração Pública, em consonância com o desenvolvimento sustentável e a proteção da saúde coletiva.

10. CRITÉRIOS SOCIAIS E TRABALHISTAS:

10.1. Na execução do objeto em tela, visando garantir condições justas e dignas de trabalho, definem-se os seguintes critérios:

I) Condições de Trabalho: O fornecedor deve garantir condições de trabalho justas e seguras, com proibição do trabalho infantil e mão de obra forçada, bem como se alinhar ao cumprimento das leis trabalhistas e dos direitos humanos.

II) Práticas de Comércio Justo: O fornecedor deve estar alinhado com as diretrizes que visam promover a equidade nas relações comerciais, a promoção do desenvolvimento social e ambiental das comunidades, bem como promover a transparência da cadeia de fornecimento, fomentando o respeito aos direitos humanos e trabalhistas.

11. CRITÉRIOS DE MEDAÇÃO E DE PAGAMENTO:

11.1. Os critérios de medição e de pagamento devem garantir que a medição e o pagamento sejam realizados de forma justa e transparente, protegendo os interesses tanto do Município quanto do fornecedor, sendo:

I) Medição: A medição será realizada com base na quantidade de produtos entregues pelo fornecedor, mediante apresentação de Nota Fiscal a cada entrega, detalhando a quantidade fornecida, devendo o Fiscal do Contrato promover à verificação da conformidade da execução.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

II) Pagamento: O pagamento será feito após a entrega e a verificação da conformidade dos produtos com as especificações e condições de execução definidas pela Administração, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

III) Atrasos no Pagamento: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (atualização monetária) devida pelo Município será calculada mediante a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos ao fornecedor, decorrente de produtos já devidamente entregues, constitui motivo para rescisão da avença, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao fornecedor o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

12.1. O processo de seleção que garanta ao Município a escolha do fornecedor que melhor atenda às suas necessidades e que ofereça o melhor preço se dará da seguinte forma:

I) Processo de Contratação: O Município realizará processo de licitação aberto a possíveis interessados para seleção do fornecedor. Por se tratar de bens comuns e pela peculiaridade do objeto, sendo conveniente para a Administração, define-se a utilização da modalidade **Pregão na forma eletrônica**. Este processo será conduzido por um Pregoeiro, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos, qual seja a Lei 14.133/2021, e demais regulamentos aplicáveis.

II) Avaliação de Propostas: As propostas dos fornecedores serão avaliadas com base em critérios legais da Lei de Licitações, incluindo preço, qualidade do produto, capacidade de fornecimento, práticas sustentáveis e condições de entrega.

III) Verificação das Condições de Habilidação e Qualificação: O fornecedor deve possuir a habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV) Referências: O Município poderá solicitar referências do fornecedor junto a outros órgãos e/ou entidades públicas ou privadas, mediante a certificação do fornecimento anterior e satisfatório do objeto pleiteado, a fim de verificar seu desempenho e confiabilidade.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. A adequação orçamentária permite a aquisição dos produtos requestados, configurando-se como um aspecto crucial na execução do objeto, garantindo que os recursos financeiros necessários para a aquisição estejam disponíveis e sejam alocados de maneira apropriada, sendo então definida da seguinte forma:

I) Previsão de Custos: Foi realizada a previsão estimada de custos mediante a realização de pesquisa de mercado nos termos do Art. 23 da Lei 14.133/2021, cujo valor estimado da contratação encontra-se delineado no presente Termo de Referência.

II) Previsão Orçamentária: Verifica-se a existência de dotação orçamentária no OGM – Orçamento Geral do Município objetivando a aquisição pretendida.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

III) Monitoramento do Orçamento: Durante a execução do objeto, o Município monitorará o orçamento municipal para garantir que os gastos com a aquisição pleiteada estejam dentro do planejamento inicial. Em havendo alterações significativas de aumento de consumo que possam gerar desequilíbrio no planejamento, medidas corretivas serão tomadas imediatamente.

14. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO (MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO):

14.1. Os produtos deverão ser fornecidos em até 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da solicitação ou ordem formal de compra, emitida pelo setor ou pela Secretaria solicitante.

14.2. Os produtos serão entregues de maneira parcelada, sendo OBRIGAÇÃO do fornecedor efetuar a entrega dos produtos solicitados RIGOROSAMENTE no prazo e quantidades requeridas.

14.3. Os produtos solicitados deverão ser entregues no Município de Parazinho/RN, na sede do órgão solicitante ou local previamente definido.

14.4. Os produtos deverão apresentar prazo de validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, conforme o caso, a contar da data da efetiva entrega.

14.5. Os produtos deverão apresentar prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data da efetiva entrega, conforme o caso.

14.6. Os produtos deverão estar em estrita conformidade com as normas definidas pelo INMETRO, ABNT, ANVISA, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e demais órgãos reguladores competentes, conforme o caso.

14.7. As mercadorias ainda não fornecidas não gerarão obrigação de pagamento ao fornecedor, inclusive quanto a sua guarda.

14.8. O prazo estabelecido para a entrega às famílias carentes será do dia xx de março de 2025 a xx de março de 2025, esse cronograma visa garantir a eficiência da distribuição, permitindo que as atividades programadas ocorram conforme o planejado, beneficiando a comunidade de forma oportuna.

14.9. As embalagens dos produtos deverão conter as respectivas especificações técnicas, informações do fabricante, apresentar dados de identificação do produto, procedência, data de fabricação, prazo de validade, conforme o caso.

14.10. Os produtos deverão estar estritamente de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens e validades.

14.11. Sendo constatado o fornecimento de produtos de qualidade duvidosa e que não atendam aos critérios de aceitação da Prefeitura Municipal, o fornecedor, após notificado, providenciará a regularização da qualidade dos mesmos, promovendo, às suas expensas, a substituição necessária em até 48 (quarenta e oito) horas.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

14.12. Caso haja atraso na entrega dos produtos, o fornecedor será notificado, devendo promover a devida regularização em até 48 (quarenta e oito) horas.

15. DA AVALIAÇÃO DO CUSTO:

15.1. O custo estimado total do presente objeto é de R\$ 2.879.708,62 (Dois milhões, oitocentos e setenta e nove mil, setecentos e oito reais e sessenta e dois centavos) para a aquisição da integralidade dos itens estimados.

15.2. O custo estimado foi precedido através de regular pesquisa, nos moldes do Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

16.1. Os bens/produtos serão recebidos:

- Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais; e
- Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

16.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

16.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

16.4. O recebimento provisório se dará a partir da entrega do bem/produto, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

16.5. O recebimento definitivo se dará após a verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, e sua consequente aceitação, que se dará em até 5 (cinco) dias do recebimento provisório.

16.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia seguinte do esgotamento do prazo.

16.7. A Prefeitura Municipal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17. DAS OBRIGAÇÕES:

17.1. DA PREFEITURA MUNICIPAL:

- Receber provisoriamente os bens/produtos, disponibilizando local adequado;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste termo, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor, através de servidor especialmente designado (Fiscal do Contrato);



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

- d) Efetuar os pagamentos nas condições previstas;
- e) Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, através do Fiscal do Contrato, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- f) Disponibilizar toda e qualquer informação essencial à execução do objeto;
- g) Comunicar o fornecedor qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste termo;
- h) Comunicar o fornecedor para emissão de Nota Fiscal no que seja pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia acerca da execução quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o Art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual autoriza expressamente que não seja paga a parcela do objeto executada em desconformidade com o previsto;
- i) Notificar formalmente o fornecedor quando forem constatados inadimplementos contratuais, para que este, dentro do prazo determinado, promova a solução do problema; e
- j) Aplicar ao fornecedor sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do objeto, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2. DO FORNECEDOR:

- a) Arcar com todas as despesas de pagamentos de seguros, tributos, fretes, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária e criminal, acaso devidos em decorrência da execução do objeto;
- b) Assumir inteira responsabilidade administrativa, penal e criminal por quaisquer danos, materiais ou pessoais, causados a terceiros, acaso devida em decorrência da execução do objeto;
- c) Manter, durante o prazo de execução do objeto, todas as exigências de habilitação e qualificação legalmente exigidas para a contratação;
- d) Efetuar a entrega dos bens/produtos em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Prefeitura Municipal, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia e/ou validade, conforme o caso;
- e) Promover a entrega dos bens/produtos devidamente acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os Arts. 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), conforme o caso;
- g) Atender prontamente a quaisquer exigências da Prefeitura Municipal inerentes à manutenção da regular execução do objeto;
- h) Comunicar à Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- i) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados; e
- j) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

18. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO:

18.1. A fiscalização da execução será exercida pelo Fiscal do Contrato devidamente nomeado pela Autoridade competente da Prefeitura Municipal, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, e de tudo dará ciência.

18.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Prefeitura Municipal ou de seus agentes e prepostos.

18.3. O Fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas e/ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos ao Gestor de Contratos para as providências cabíveis.

19. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da execução é aquela prevista na Lei Federal 14.133/2021.

20. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL:

20.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (Doze) meses, a contar de sua assinatura.

21. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS GRUPOS DE ITENS (LOTES):

21.1. As propostas deverão ser apresentadas conforme grupo de itens (lotes), especificações e quantidades abaixo relacionados:

LOTE 01 - GRUPO DE ITENS 01 - RELAÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALAR DO COMPONENTE BÁSICO					
LOTE/ITEM	DESCRIÇÃO	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
01/001	ABAIXADOR DE LÍNGUA DESCARTÁVEL PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	300		
01/002	ABSORVENTE DESCARTÁVEL PÓS – PARTO	PACOTE	10		
01/003	ALGODÃO HIDROFÍLICO 500g	UNIDADE	2.000		
01/004	AVENTAL DESCARTÁVEL MANGA LONGA BRANCO PACOTE C/100	PACOTE	2.000		
01/005	BOLSA COLETORA DE URINA 2 LITROS SISTEMA FECHADO	UNIDADE	400		
01/006	BOLSA DE COLOSTOMIA DRENÁVEL TRANSPARENTE 64MM	UNIDADE	30		
01/007	CATETER INTRAVENOSO 14G	UNIDADE	3.600		
01/008	CATETER INTRAVENOSO 16G	UNIDADE	3.600		
01/009	CATETER INTRAVENOSO 18G	UNIDADE	3.600		
01/010	CATETER INTRAVENOSO 20G	UNIDADE	3.600		
01/011	CATETER INTRAVENOSO 22G	UNIDADE	12.000		
01/012	CATETER INTRAVENOSO 24G	UNIDADE	12.000		
01/013	CATETER INTRAVENOSO 26G	UNIDADE	3.600		
01/014	CLAMP UMBILICAL DESCARTÁVEL ESTÉRIL	UNIDADE	120		



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA

01/015	COLETOR UNIVERSAL COM TAMPA ESTÉRIL 80mL	UNIDADE	9.000		
01/016	COLETOR UNIVERSAL COM TAMPA NÃO ESTÉRIL 80mL	UNIDADE	9.000		
01/017	COMPRESSA DE GAZES HIDROFILA EM TECIDO ALGODÃO 7,5x7,5cm	UNIDADE	3.000		
01/018	DISPOSITIVO DE TRANSFERÊNCIA DE SOLUÇÕES PONTA DUPLA	UNIDADE	1.200		
01/019	ELETRODOS PARA MONITOR CARDIACO ADULTO	UNIDADE	1.000		
01/020	ELETRODOS PARA MONITOR CARDIACO INFANTIL	UNIDADE	600		
01/021	EQUIPO DESCARTÁVEL COM CLAMP	UNIDADE	500		
01/022	EQUIPO MACROGOTAS FLEXÍVEL COM INJETOR LATERAL	UNIDADE	12.000		
01/023	EQUIPO MICROGOTAS FLEXÍVEL COM INJETOR LATERAL	UNIDADE	1.000		
01/024	EQUIPO POLIFIX 2 VIAS COM CONECTOR DE ENCAIXE	UNIDADE	3.000		
01/025	ESCOVA CERVICAL DESCARTAVEL NÃO ESTÉRIL	UNIDADE	3.600		
01/026	ESPÁTULA DE AYRES PACOTE COM 50 UNIDADES	PACOTE	1.800		
01/027	ESPECULO COLLIN VAGINAL DESCARTÁVEL GRANDE	UNIDADE	1.200		
01/028	ESPECULO COLLIN VAGINAL DESCARTÁVEL MÉDIO	UNIDADE	2.400		
01/029	ESPECULO COLLIN VAGINAL DESCARTÁVEL PEQUENO	UNIDADE	1.200		
01/030	MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA COM ELÁSTICO CAIXA C/50 UND	CAIXA	2.000		
01/031	MÁSCARA Nº 95	UNIDADE	1.000		
01/032	PAPEL LENÇOL HOSPITALAR 50cmx50cm	UNIDADE	400		
01/033	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO PACOTE COM MIL FOLHAS	PACOTE	360		
01/034	PROPÉ – SAPATILHA DESCARTÁVEL PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	240		
01/035	PROTECTOR PARA CONE LUER	UNIDADE	1.200		
01/036	SACO COLETOR DE URINA ADULTO SISTEMA ABERTO 2 LITROS	UNIDADE	1.000		
01/037	SCALP Nº 19G	UNIDADE	1.200		
01/038	SCALP Nº 21G	UNIDADE	6.000		
01/039	SCALP Nº 23G	UNIDADE	12.000		
01/040	SCALP Nº 25G	UNIDADE	6.000		
01/041	SCALP Nº 27G	UNIDADE	1.200		
01/042	TOUCA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO BRANCA PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	300		

LOTE 01 - VALOR TOTAL

LOTE 02 - GRUPO DE ITENS 02 - SERINGAS E AGULHAS

LOTE/ITEM	Descrição	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
02/001	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 13x0,30	UNIDADE	4.800		
02/002	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 13x4,5	UNIDADE	4.800		
02/003	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 20x5,5	UNIDADE	8.000		
02/004	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 25x7	UNIDADE	8.000		
02/005	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 25x8	UNIDADE	8.000		
02/006	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 30x8	UNIDADE	4.800		



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA

02/007	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 40x12	UNIDADE	8.000		
02/008	SERINGA DESCARTÁVEL 10mL COM AGULHA 25x7	UNIDADE	60.000		
02/009	SERINGA DESCARTÁVEL 1mL COM AGULHA 13x45	UNIDADE	40.000		
02/010	SERINGA DESCARTÁVEL 20mL COM AGULHA 25x7	UNIDADE	40.000		
02/011	SERINGA DESCARTÁVEL 3mL COM AGULHA 25x7	UNIDADE	60.000		
02/012	SERINGA DESCARTÁVEL 5mL COM AGULHA 25x7	UNIDADE	60.000		

LOTE 02 - VALOR TOTAL

LOTE 03 - GRUPO DE ITENS 03 - CURATIVOS E CURATIVOS ESPECIAIS

LOTE/ITEM	Descrição	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
03/001	ADESIVO NÃO TECIDO (HYPAFIX; MEPFIX; CURAFIX)	UNIDADE	20		
03/002	ALGINATO AG (SUPRASOR AG PRO ou BAITAM AG) 10x10	Unidade	200		
03/003	ATADURA CREPOM 10x4,5 13 FIOS PACOTE COM 12	PACOTE	3.000		
03/004	ATADURA CREPOM 15x4,5 13 FIOS PACOTE COM 12	PACOTE	3.000		
03/005	ATADURA CREPOM 20x4,5 13 FIOS PACOTE COM 12	PACOTE	3.000		
03/006	BOTA DE UNNA (DBS)	UNIDADE	200		
03/007	CAMPO FENESTRADO 60x60 KIT COM 05	UNIDADE	4		
03/008	CAMPO OPERATÓRIO 45cmx50cm PACOTE COM 50	PACOTE	400		
03/009	CASEX DE SOLUTION PHMB 100ML	Unidade	80		
03/010	CREME DE BARREIRAS (3M OU ESSENTY) 60 GR	Unidade	100		
03/011	CURATIVO AQUACEL AG EXTRA	UNIDADE	120		
03/012	CURATIVO DE ALGINATO DE CÁLCIO	UNIDADE	300		
03/013	CURATIVO DE ALGINATO DE PRATA	UNIDADE	300		
03/014	CURATIVO SORBACT 7x9cm (DACC)	UNIDADE	120		
03/015	EMULSÃO COM ANDIROBA (TEGUM) 100g	UNIDADE	120		
03/016	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 10cmx4,5m	UNIDADE	1.200		
03/017	ESPUMA DE POLIURETANO 10x10 (COVIDIEN; COLOPLAST; CUTMED; CONVATEC)	UNIDADE	70		
03/018	ESPUMA DE POLIURETANO 15x15 (COVIDIEN; COLOPLAST; CUTMED; CONVATEC)	UNIDADE	70		
03/019	FITA MICROPOROSA 10cmx4,5m	UNIDADE	1.200		
03/020	FITA MICROPOROSA 5cmx4,5m	UNIDADE	1.200		
03/021	GAZE HIDROFILA ROLO COM 8 DOBRAS 91x91 COM 13 FIOS	ROLO	3.000		
03/022	GAZE KERLIX ROLO	ROLO	300		
03/023	GAZE NÃO ADERENTE (BACTIGRAS ou LOMATUELL PRO)	UNIDADE	300		
03/024	HIDROGEL COM PHMB OU EDTA	UNIDADE	100		
03/025	REMVEDOR DE ADESIVO (REMOVEV; MISSINER; HELIANO)	UNIDADE	24		
03/026	SABONETE PHMB 500mL (PIELSANA)	UNIDADE	100		
03/028	SACHET PIELSANA (GAZE DE RAYON)	UNIDADE	400		

LOTE 03 - VALOR TOTAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA

LOTE 04 - GRUPO DE ITENS 04 - SOLUÇÕES INJETÁVEIS E RETAL					
LOTE/ITEM	Descrição	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
04/001	ÁGUA BIDESTILADA SISTEMA FECHADO 250mL	UNIDADE	1.000		
04/002	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10mL	AMPOLAS	50.000		
04/003	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% 10mL	AMPOLAS	2.400		
04/004	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL 100mL	UNIDADE	9.000		
04/005	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL 250mL	UNIDADE	9.000		
04/006	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL 500mL	UNIDADE	10.000		
04/007	SOLUÇÃO DE GLICERINA 12% 500mL USO RETAL	UNIDADE	500		
04/008	SOLUÇÃO DE GLICOSE 25% 10mL	AMPOLAS	1.200		
04/009	SOLUÇÃO DE GLICOSE 5% 250mL	UNIDADE	1.200		
04/010	SOLUÇÃO DE GLICOSE 5% 500mL	UNIDADE	720		
04/011	SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO 10mL	AMPOLAS	1.200		
04/012	SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO 250mL	UNIDADE	1.000		
04/013	SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO 500mL	UNIDADE	1.000		
04/014	SOLUÇÃO DE RINGER SIMPLES 250mL	UNIDADE	1.000		
04/015	SOLUÇÃO DE RINGER SIMPLES 500mL	UNIDADE	2.000		
LOTE 04 - VALOR TOTAL					
LOTE 05 - GRUPO DE ITENS 05 - SONDAS - DIVERSAS					
LOTE/ITEM	Descrição	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
05/001	COLETOR DE SONDA NASOGÁSTRICA	UNIDADE	240		
05/002	DISPOSITIVO PARA INCOTINÊNCIA URINÁRIA ADULTO	UNIDADE	720		
05/003	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 08	UNIDADE	120		
05/004	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 10	UNIDADE	240		
05/005	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 12	UNIDADE	240		
05/006	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 14	UNIDADE	120		
05/007	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 16	UNIDADE	120		
05/008	SONDA ENDOTRAQUEAL 1,0 COM BALÃO	UNIDADE	80		
05/009	SONDA ENDOTRAQUEAL 1,5 COM BALÃO	UNIDADE	80		
05/010	SONDA ENDOTRAQUEAL 2,0 COM BALÃO	UNIDADE	80		
05/011	SONDA ENDOTRAQUEAL 2,5 COM BALÃO	UNIDADE	80		
05/012	SONDA ENDOTRAQUEAL 3,0 COM BALÃO	UNIDADE	80		
05/013	SONDA ENDOTRAQUEAL 3,5 COM BALÃO	UNIDADE	80		
05/014	SONDA ENDOTRAQUEAL 4,0 COM BALÃO	UNIDADE	80		
05/015	SONDA ENDOTRAQUEAL 4,5 COM BALÃO	UNIDADE	80		
05/016	SONDA ENDOTRAQUEAL 5,0 COM BALÃO	UNIDADE	120		
05/017	SONDA ENDOTRAQUEAL 6,0 COM BALÃO	UNIDADE	120		



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA

05/018	SONDA ENDOTRAQUEAL 7,0 COM BALÃO	UNIDADE	120		
05/019	SONDA ENDOTRAQUEAL 7,5 COM BALÃO	UNIDADE	120		
05/020	SONDA ENDOTRAQUEAL 8,0 COM BALÃO	UNIDADE	120		
05/021	SONDA ENDOTRAQUEAL 8,5 COM BALÃO	UNIDADE	120		
05/022	SONDA ENDOTRAQUEAL 9,0 COM BALÃO	UNIDADE	80		
05/023	SONDA FOLEY N° 08	UNIDADE	120		
05/024	SONDA FOLEY N° 10	UNIDADE	120		
05/025	SONDA FOLEY N° 12	UNIDADE	120		
05/026	SONDA FOLEY N° 14	UNIDADE	360		
05/027	SONDA FOLEY N° 16	UNIDADE	360		
05/028	SONDA FOLEY N° 18	UNIDADE	360		
05/029	SONDA FOLEY N° 20	UNIDADE	240		
05/030	SONDA FOLEY N° 22	UNIDADE	240		
05/031	SONDA NASOGASTRICA CURTA N° 06	UNIDADE	120		
05/032	SONDA NASOGASTRICA CURTA N° 08	UNIDADE	120		
05/033	SONDA NASOGASTRICA CURTA N° 10	UNIDADE	120		
05/034	SONDA NASOGASTRICA CURTA N° 12	UNIDADE	120		
05/035	SONDA NASOGASTRICA CURTA N° 14	UNIDADE	120		
05/036	SONDA NASOGASTRICA LONGA N° 06	UNIDADE	120		
05/037	SONDA NASOGASTRICA LONGA N° 08	UNIDADE	120		
05/038	SONDA NASOGASTRICA LONGA N° 10	UNIDADE	120		
05/039	SONDA NASOGASTRICA LONGA N° 12	UNIDADE	120		
05/040	SONDA NASOGASTRICA LONGA N° 14	UNIDADE	120		
05/041	SONDA NASOGASTRICA LONGA N° 16	UNIDADE	120		
05/042	SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL N° 08	UNIDADE	120		
05/043	SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL N° 10	UNIDADE	120		
05/044	SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL N° 12	UNIDADE	120		
05/045	SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL N° 14	UNIDADE	120		
05/046	SONDA URETRAL N° 06	UNIDADE	120		
05/047	SONDA URETRAL N° 08	UNIDADE	120		
05/048	SONDA URETRAL N° 10	UNIDADE	240		
05/049	SONDA URETRAL N° 12	UNIDADE	240		
05/050	SONDA URETRAL N° 14	UNIDADE	240		
05/051	SONDA URETRAL N° 16	UNIDADE	120		
05/052	SONDA URETRAL N° 20	UNIDADE	120		
05/053	SONDA URETRAL N° 22	UNIDADE	120		
LOTE 05 - VALOR TOTAL					
LOTE 06 - GRUPO DE ITENS 06 - SOLUÇÕES					



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

LOTE/ITEM	DESCRÍÇÃO	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
06/001	ÁGUA DESTILADA 5 LITROS	FRASCO	400		
06/002	ÁLCOOL ABSOLUTO 99,3% 1 LITRO	GALÃO	500		
06/003	ÁLCOOL EM GEL 500mL	FRASCO	500		
06/004	ÁLCOOL LÍQUIDO 70% 1 LITRO	FRASCO	2.000		
06/005	CLOREXIDINA ALCOOLICA 0,5% 1 LITRO	UNIDADE	360		
06/006	CLOREXIDINA AQUOSA 1% 1 LITRO	UNIDADE	400		
06/007	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% 1 LITRO	UNIDADE	300		
06/008	CLOREXIDINA DEGERMANTE 4% 1 LITRO	UNIDADE	150		
06/009	DETERGENTE DE ALTA CONCENTRAÇÃO 1 LITRO (GLUTARON 32 DIAS)	UNIDADE	150		
06/010	DETERGENTE ENZIMÁTICO 1 LITRO	FRASCO	200		
06/011	ÉTER SULFURICO 35% 1 LITRO	UNIDADE	120		
06/012	GEL PARA ULTRASSONOGRAFIA 5 LITROS	FRASCO	200		
06/013	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% 5 LITROS	UNIDADE	60		
06/014	IODOPOLIVIDONA 10% DERMO SUAVE TÓPICO 1 LITRO	FRASCO	300		
06/015	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO ACELERADO 5 LITROS	UNIDADE	240		
06/016	VASELINA LÍQUIDA 1 LITRO	FRASCO	150		

LOTE 06 - VALOR TOTAL

LOTE 07 - GRUPO DE ITENS 07 - MATERIAL ODONTOLÓGICO

LOTE/ITEM	DESCRÍÇÃO	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
07/001	ÁCIDO FOSFÓRICO 37%	Unidade	60		
07/002	ADESIVO AMBAR DENTINA 4mL	FRASCO	60		
07/003	APLICADOR DESCARTÁVEL BRUSH REGULAR COM 100	PACOTE	100		
07/004	CIMENTO DE HIDRÓXIDO 13 GR	Unidade	80		
07/005	FIO DENTAL ODONTOLÓGICO 100M	Unidade	500		
07/006	FIO DENTAL SEM CARTEL 25m	ROLO	80		
07/007	FORMOCRESOL 10mL	FRASCO	40		
07/008	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO (HYDCAL)	CAIXA	60		
07/009	LÍQUIDO HEMOSTÁTICO 10ML	Frasco	12		
07/010	ÓLEO LUBRIFICANTE COM BICO APLICADOR 200mL	FRASCO	60		
07/011	ÓLEO LUBRIFICANTE ODONTOLÓGICO	FRASCO	12		
07/012	PASTA PROFILÁTICA 90GR	Unidade	60		
07/013	RESINA APPLIC FLOW A3	UNIDADE	60		
07/014	RESINA FOTO MASTER FILL A2 4g MICRO HÍBRIDA	UNIDADE	60		
07/015	RESINA FOTO MASTER FILL A3 4g MICRO HÍBRIDA	UNIDADE	60		
07/016	RESINA FOTO MASTER FILL A3,5 4g MICRO HÍBRIDA	UNIDADE	60		
07/017	RESTAURADOR PROVISÓRIO 25G	POTE	60		



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA

07/018	DIRA DE POLIÉSTER CAIXA COM 50 UNIDADES	PACOTE	2		
LOTE 07 - VALOR TOTAL					
LOTE 08 - GRUPO DE ITENS 08 - INSTRUMENTAL ODONTOLÓGICO					
LOTE/ITEM	Descrição	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
08/001	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA COM 100	CAIXA	60		
08/002	ALAVANCA APICAL ODONTOLÓGICA	UNIDADE	20		
08/003	ALAVANCA RETA ODONTOLÓGICA	UNIDADE	20		
08/004	ALAVANCA SELDIN D ODONTOLÓGICA	UNIDADE	20		
08/005	ALAVANCA SELDIN E ODONTOLÓGICA	UNIDADE	20		
08/006	CABO PARA ESPelho ODONTOLÓGICO	UNIDADE	24		
08/007	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICA	UNIDADE	10		
08/008	CANETA DE BAIXA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICA	UNIDADE	10		
08/009	CURETA TIPO FOICE 00 ODONTOLÓGICA	UNIDADE	20		
08/010	ESPÁTULA SUPRAFÍCIE ODONTOLÓGICA	UNIDADE	20		
08/011	ESPELHO ODONTOLÓGICO	UNIDADE	24		
08/012	FIO SEDA ODONTOLÓGICO 3.0	CAIXA	50		
08/013	FÓRCEPS 121 ODONTOLÓGICO	UNIDADE	30		
08/014	FÓRCEPS 150 ODONTOLÓGICO	UNIDADE	30		
08/015	FÓRCEPS 151 ODONTOLÓGICO	UNIDADE	30		
08/016	FÓRCEPS 16 ODONTOLÓGICO	UNIDADE	30		
08/017	FÓRCEPS 17 ODONTOLÓGICO	UNIDADE	30		
08/018	FÓRCEPS 18 L ODONTOLÓGICO	UNIDADE	30		
08/019	FÓRCEPS 18 R ODONTOLÓGICO	UNIDADE	30		
08/020	FÓRCEPS 64 ODONTOLÓGICO	UNIDADE	30		
08/021	FÓRCEPS 65 ODONTOLÓGICO	UNIDADE	30		
08/022	FOTOPOLIMERIZADOR ODONTOLÓGICO	UNIDADE	8		
08/023	IONÔMERO DE VIDRO R PO+LIQ. A2	CAIXA	60		
08/024	IONÔMERO FOTOPOLIMERIZÁVEL	UNIDADE	50		
08/025	KIT DE ACABAMENTO E POLIMENTO COMPLETO ULTRA GLOSS	KIT	4		
08/026	KIT DE POLIMENTO DE RESINA (SWIVEL)	KIT	4		
08/027	KIT SAÚDE BUCAL ADULTO (ESCOVA, PASTA, FIO DENTAL)	KIT	1.200		
08/028	KIT SAÚDE BUCAL INFANTIL (ESCOVA, PASTA, FIO DENTAL)	KIT	1.200		
08/029	MATRIZ DE AÇO 5mmx50cm	ROLO	60		
08/030	MATRIZ DE AÇO 7mmx50cm	ROLO	60		
08/031	PONTA DIAMANTADA CÔNICA PONTIAGUDA FG	UNIDADE	60		
08/032	PORTA AGULHA ODONTOLÓGICO	UNIDADE	15		
08/033	SERINGA CARPULE ODONTOLÓGICA	UNIDADE	30		
08/034	SINDESMOTOMO ODONTOLÓGICO	UNIDADE	30		



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

08/035	SONDA MILIMETRADA ODONTOLÓGICA	UNIDADE	30		
08/036	TESOURA RETA ODONTOLÓGICA	UNIDADE	30		
08/037	ULTRASSOM ODONTOLÓGICO	UNIDADE	6		

LOTE 08 - VALOR TOTAL

LOTE 09 - GRUPO DE ITENS 09 - MÁSCARAS E ADAPTADORES

LOTE/ITEM	DESCRIÇÃO	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
09/001	ADAPTADOR MÁSCARA DE VENTURI FLUXO 15L/mL 50% (LARANJA)	UNIDADE	20		
09/002	CATETER NASAL PARA OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS N° 06	UNIDADE	250		
09/003	CATETER NASAL PARA OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS N° 08	UNIDADE	250		
09/004	CATETER NASAL PARA OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS N° 10	UNIDADE	250		
09/005	CATETER NASAL PARA OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS N° 12	UNIDADE	250		
09/006	ESPAÇADOR PARA MEDICAMENTOS ADULTO	UNIDADE	60		
09/007	ESPAÇADOR PARA MEDICAMENTOS INFANTIL	UNIDADE	60		
09/008	EXTENSÃO PARA OXIGÊNIO COM BICO ROSCA MODELO 4081	UNIDADE	60		
09/009	KIT MÁSCARA E EXTENSÃO PARA Umidificador ADULTO	UNIDADE	30		
09/010	MÁSCARA COM FILTRO QUÍMICO PARA MANUSEIO DE GLUTARALDÉIDO	UNIDADE	120		
09/011	MÁSCARA DE HUDSON	UNIDADE	24		
09/012	MÁSCARA DE NEBULIZAÇÃO ADULTO	UNIDADE	24		
09/013	MÁSCARA DE NEBULIZAÇÃO INFANTIL	UNIDADE	24		
09/014	MÁSCARA DE RESERVATÓRIO 100%	UNIDADE	12		
09/015	MÁSCARA DE VENTURI ADULTO COMPLETO	UNIDADE	6		
09/016	MÁSCARA DE VENTURI INFANTIL COMPLETO	UNIDADE	6		
09/017	MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA COM ELASTICO CAIXA C/50 UND	CAIXA	2.000		
09/018	MÁSCARA N° 95	UNIDADE	1.000		

LOTE 09 - VALOR TOTAL

LOTE 10 - GRUPO DE ITENS 10 - PLÁSTICOS

LOTE/ITEM	DESCRIÇÃO	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
10/001	ALMOTILIA BRANCA 250mL	UNIDADE	120		
10/002	ALMOTILIA BRANCA 500mL	UNIDADE	120		
10/003	ALMOTILIA MARROM 250mL	UNIDADE	120		
10/004	ALMOTILIA MARROM 500mL	UNIDADE	120		
10/005	BORRIFADOR DE PLÁSTICO 250mL TRANSPARENTE	UNIDADE	120		
10/006	BORRIFADOR DE PLÁSTICO 500mL TRANSPARENTE	UNIDADE	120		
10/007	CAIXA ORGANIZADORA DE PLÁSTICO 25 LITROS	UNIDADE	6		
10/008	CAIXA ORGANIZADORA DE PLÁSTICO 50 LITROS	UNIDADE	16		
10/009	CESTO DE LIXO MÉDIO DE PLÁSTICO 5 LITROS	UNIDADE	3		
10/010	CESTO DE LIXO MÉDIO DE PLÁSTICO 50 LITROS COM PEDAL	UNIDADE	25		



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

10/011	GAVETEIRO ORGANIZADOR DE PLÁSTICO GRANDE	UNIDADE	10		
10/012	PORTA COPO DE PLÁSTICO	UNIDADE	6		
10/013	Caixa Térmica 15,1L - Azul - Medidas Internas 29,5 x 19,5 x 30,5 - Isolamento Térmico (PU) Poliuretano	Unidade	5		
10/014	Caixa Térmica 45,4L Adventure - Azul - Medidas Internas 27,0 x 27,5 x 54,0 - Isolamento Térmico (PU) Poliuretano	Unidade	5		
10/015	Caixa Térmica 8,5L Azul - Medidas Internas 23,0 x 19,0 x 24,5 - Isolamento Térmico (PU) Poliuretano	Unidade	5		

LOTE 10 - VALOR TOTAL

LOTE 11 - GRUPO DE ITENS 11 - INSTRUMENTAL E APARELHOS HOSPITALAR

LOTE/ITEM	DESCRÍÇÃO	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
11/001	APARELHO ASPIRADOR DE SECREÇÃO HOSPITALAR	UNIDADE	1		
11/002	APARELHO DE GLICEMIA ON CALL PLUS II	UNIDADE	500		
11/003	APARELHO DE PRESSÃO COM VELCRO ADULTO	UNIDADE	200		
11/004	APARELHO DE PRESSÃO COM VELCRO INFANTIL	UNIDADE	10		
11/005	APARELHO DE PRESSÃO COM VELCRO OBESO	UNIDADE	10		
11/006	APARELHO DE PRESSÃO DIGITAL	UNIDADE	120		
11/007	AUTOCLAVE STERMAX EXTRA 40 LITROS 220V 1500W	UNIDADE	1		
11/008	AVENTAL IMERMEÁVEL PARA MANUSEIO DE GLUTARALDEÍDO	UNIDADE	120		
11/009	BENGALA DE ALUMINIO TIPO T	UNIDADE	5		
11/010	BOMBA DE INFUSÃO HOSPITALAR	UNIDADE	1		
11/011	CADEIRA DE RODAS DOBRÁVEL	UNIDADE	6		
11/012	CADEIRA DE RODAS PARA BANHO	UNIDADE	6		
11/013	CADEIRA DE RODAS POSTURAL CONFORMA	UNIDADE	1		
11/014	CAMA FAWLER COM CABECEIRA E PESEIRA REMOVÍVEIS, GRADES E RODÍZIOS	UNIDADE	1		
11/015	CAMA HOSPITALAR FAWLER COM 2 MOVIMENTOS COM RODINHAS E GRADE DE FERRO	UNIDADE	8		
11/016	CAMA HOSPITALAR FAWLER COM 2 MOVIMENTOS COM RODINHAS E GRADE DE FERRO INFANTIL	UNIDADE	3		
11/017	CARRINHO DE CURATIVO DE INOX HOSPITALAR COM BALDE E BACIA	UNIDADE	4		
11/018	CARRO PARADA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA COM TÁBUA DE RCP E COM SUPORTE PARA OXIGÊNIO, DESFIBRILADOR E SORO	UNIDADE	1		
11/019	COLCHÃO HOSPITALAR ARTICULAVEL IMPERMEÁVEL	UNIDADE	10		
11/020	COLCHÃO HOSPITALAR CASCA DE OVO	UNIDADE	5		
11/021	COLCHÃO HOSPITALAR PARA MACA	UNIDADE	15		
11/022	DEA – DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO	UNIDADE	1		
11/023	DETECTOR DE BATIMENTOS CARDÍACOS FETAIS – SONAR FETAL	UNIDADE	10		
11/024	ESFIGMOMANÔMETRO	UNIDADE	20		
11/025	ESTESTOCÓPIO	UNIDADE	20		
11/026	FITA PARA TESTE DE GLICEMIA C/50 UND	CAIXA	2.000		



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA

11/027	FLUXOMETRO PARA VALVULA REGULADORA	UNIDADE	30		
11/028	GARROTE PARA COLETA DE SANGUE ADULTO	UNIDADE	48		
11/029	GARROTE PARA COLETA DE SANGUE INFANTIL	UNIDADE	24		
11/030	KIT DE ACESSO CENTRAL	UNIDADE	360		
11/032	KIT LARINGOSCÓPIO COM LÂMINA RETA COMPLETO ADULTO E INFANTIL	UNIDADE	2		
11/033	KIT PARA INSERÇÃO DE DIU	KIT	300		
11/034	LANTERNA PARA USO EM CLÍNICA LUZ BRANCA EM LED	UNIDADE	10		
11/035	LAP CIRURGICO	UNIDADE	1		
11/036	MACA ESTOFADA PARA EXAME GINECOLÓGICO	UNIDADE	1		
11/037	MACA ESTOFADA SIMPLES HOSPITALAR	UNIDADE	5		
11/038	MONITOR DE SINAIOS VITAIS HOSPITALAR	UNIDADE	1		
11/039	OFTALMOSCÓPIO	UNIDADE	6		
11/040	OTOSCOPIO COM 05 ESPECULOS E ESTOJO	UNIDADE	6		
11/041	OXIMETRO DIGITAL ADULTO	UNIDADE	30		
11/042	OXIMETRO DIGITAL INFANTIL	UNIDADE	30		
11/043	PILHA 3V LITHIUM CR2032	UNIDADE	24		
11/044	PILHA LR14 ALCALINA C EMBALAGEM 2 UNIDADES	CARTELAS	12		
11/045	PINÇA CHERON DESCARTÁVEL	UNIDADE	1.200		
11/046	PINÇA DENTE DE RATO 14,5cm	UNIDADE	8		
11/047	PINÇA DISSECÇÃO COM SERRILHA RETA 14,5cm	UNIDADE	8		
11/048	PINÇA HASLEAD MOSQUITO RETA 12cm	UNIDADE	6		
11/049	PINÇA KELLY CURVA 16cm	UNIDADE	6		
11/050	PORTA AGULHA 12cm	UNIDADE	8		
11/051	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 14cm	UNIDADE	6		
11/052	RÉGUA ANTROPOMÉTRICA	UNIDADE	30		
11/053	RODINHAS PARA CAMA HOSPITALAR	UNIDADE	50		
11/054	SELADORA BIOSTAMP FREQUENCIA 50/60HZ 300W	UNIDADE	1		
11/055	SUPORTE PARA OXIGÊNIO	UNIDADE	4		
11/056	SUPORTE PARA SORO COM RODINHA	UNIDADE	20		
11/057	TERMÔMETRO DIGITAL	UNIDADE	150		
11/058	TESOURA R/R RT 16cm	UNIDADE	8		
11/059	UMIDIFICADOR FRASCO 250mL PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO	UNIDADE	80		
11/060	VALVULA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO	UNIDADE	40		
11/061	VALVULA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	UNIDADE	40		

LOTE 11 - VALOR TOTAL

LOTE 12 - GRUPO DE ITENS 12 - MOBILIARIO

LOTE/ITEM	DESCRÍÇÃO	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
12/001	ARMÁRIO DE FERRO COM PRATELEIRA E PORTA	UNIDADE	16		



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA

12/002	CADEIRA DE AÇO NA COR BRANCA	UNIDADE	2		
12/003	CADEIRA ERGONÔMICA	UNIDADE	35		
12/004	CADEIRA LONGARINA COM 3 LUGARES NA COR PRETA	UNIDADE	15		
12/005	ESCADAS DE FERRO PARA MACA COM 2 DEGRAUS	UNIDADE	20		
12/006	ESCADAS DE FERRO PARA MACA COM 4 DEGRAUS	UNIDADE	2		
12/007	ESTANTE MULTIUSO DE AÇO COM 6 PRATELEIRAS 30cm CINZA	UNIDADE	25		
12/008	MESA AUXILIAR HOSPITALAR COM GAVETAS	UNIDADE	5		
12/009	MESA BIRÔ	UNIDADE	20		
12/010	SUPORTE DE PAREDE DE FERRO PARA CAIXA DE PERFUCORTANTES	Unidade	30		
12/011	SUPORTE DE PAREDE DE FERRO PARA CAIXA DE PERFUCORTANTES DE 7 LITROS	UNIDADE	6		

LOTE 12 - VALOR TOTAL

LOTE 13 - GRUPO DE ITENS 13 - INOX

LOTE/ITEM	DESCRÍÇÃO	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
13/001	CESTO DE LIXO GRANDE DE 50 LITROS EM INOX	UNIDADE	4,00		
13/002	CUBA ASSEPSIA REDONDA DE INOX AUTOCLAVÁVEL 400mL	UNIDADE	6,00		
13/003	CUBA ASSEPSIA RIM DE INOX AUTOCLAVÁVEL 26cmx12cm	UNIDADE	6,00		
13/004	PORTA ALGODÃO DE INOX MÉDIO	UNIDADE	12,00		

LOTE 13 - VALOR TOTAL

LOTE 14 - GRUPO DE ITENS 14 - MATERIAL PARA FISIOTERAPIA

LOTE/ITEM	DESCRÍÇÃO	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
14/001	BAMBOLER DE PLÁSTICO ADULTO	UNIDADE	6		
14/002	BANDAGEM ELÁSTICA FUNCIONAL ADESIVA 5cmx5m	UNIDADE	30		
14/003	BOLA DE PILATES 60cm	UNIDADE	2		
14/004	ESPADAR DE MADEIRA PARA ALONGAMENTO 180cmx80cm	UNIDADE	1		
14/005	HALTERES 3kg MUSCULAÇÃO PARA FISIOTERAPIA	PAR	1		
14/006	KIT ELÁSTICO TUBULAR PARA EXERCÍCIOS	KIT	2		
14/007	KIT MINI BAND (FAIXA ELÁSTICA PARA EXERXÍCIO)	KIT	6		
14/009	PAR DE CANELEIRA 4kg	PAR	2		
14/010	PAR DE CANELEIRA 5kg	PAR	2		
14/011	SACO COM BOLINHA DE PLÁSTICO PARA PISCINA COM 50	KIT	1		
14/012	STEP EM EVA	UNIDADE	4		
14/013	SUPORTE DE PAREDE PARA BOLAS DE PILATES	UNIDADE	4		

LOTE 14 - VALOR TOTAL

LOTE 15 - GRUPO DE ITENS 15 - FIO GUIA, NYLON E CATGUT

LOTE/ITEM	DESCRÍÇÃO	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
15/001	FIO CATGUT CROMADO 0 AGULHADO CAIXA COM 24 UNIDADES	Caixa	6		
15/002	FIO CATGUT CROMADO 1-0 AGULHADO CAIXA COM 24 UNIDADES	Caixa	6		



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA

15/003	FIO CATGUT CROMADO 2-0 AGULHADO CAIXA COM 24 UNIDADES	Caixa	6		
15/004	FIO CATGUT SIMPLES 0 AGULHADO CAIXA COM 24 UNIDADES	Caixa	6		
15/005	FIO CATGUT SIMPLES 1 AGULHADO CAIXA COM 24 UNIDADES	Caixa	6		
15/006	FIO CATGUT SIMPLES 2-0 AGULHADO CAIXA COM 24 UNIDADES	Caixa	6		
15/007	FIO GUIA PARA INTUBAÇÃO ADULTO	UNIDADE	6		
15/008	FIO GUIA PARA INTUBAÇÃO FLEXÍVEL	UNIDADE	6		
15/009	FIO GUIA PARA INTUBAÇÃO INFANTIL	UNIDADE	6		
15/010	FIO NYLON 0 ACG CAIXA COM 24 UNIDADES	Caixa	6		
15/011	FIO NYLON 1-0 ACG CAIXA 24 UNIDADES	Caixa	6		
15/012	FIO NYLON 2-0 ACG CAIXA 24 UNIDADES	Caixa	6		
15/013	FIO NYLON 3-0 ACG CAIXA COM 24 UNIDADES	Caixa	6		
15/014	FIO NYLON 4-0 ACG CAIXA 24 UNIDADES	Caixa	6		
15/015	FIO NYLON 5-0 ACG CAIXA 24 UNIDADES	Caixa	6		
15/016	FIO NYLON 6-0 ACG CAIXA 24 UNIDADES	Caixa	6		

LOTE 15 - VALOR TOTAL

LOTE 16 - GRUPO DE ITENS 16 - LUVAS

LOTE/ITEM	DESCRÍÇÃO	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
16/001	LUVA DE NITRILA PARA MANUSEIO DE GLUTARALDEÍDO	UNIDADE	120		
16/002	LUVA DE PROCEDIMENTO DESCARTAVEL Tamanho (G) – CAIXA COM 100 UNID	Unidade	70		
16/003	LUVA DE PROCEDIMENTO DESCARTAVEL Tamanho (M) – CAIXA COM 100 UNID	Unidade	140		
16/004	LUVA DE PROCEDIMENTO DESCARTAVEL Tamanho (P) – CAIXA COM 100 UNID	Unidade	120		
16/005	LUVA DE PROCEDIMENTO DESCARTAVEL Tamanho (PP) CAIXA COM 100 UNID	Unidade	30		
16/006	LUVA ESTÉRIL N° 6,0 CAIXA COM 50 PARES	UNIDADE	30		
16/007	LUVA ESTÉRIL N° 6,5 CAIXA COM 50 PARES	UNIDADE	30		
16/008	LUVA ESTÉRIL N° 7,0 CAIXA COM 50 PARES	UNIDADE	150		
16/009	LUVA ESTÉRIL N° 7,5 CAIXA COM 50 PARES	UNIDADE	60		
16/010	LUVA ESTÉRIL N° 8,0 CAIXA COM 50 PARES	UNIDADE	30		
16/011	LUVA SEM PÓ Tamanho M COM 50 PARES	UNIDADE	40		

LOTE 16 - VALOR TOTAL

LOTE 17 - GRUPO DE ITENS 17 - CANULA DE GUEDEL

LOTE/ITEM	DESCRÍÇÃO	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
17/001	CANULA DE GUEDEL 1-0	UNIDADE	2		
17/002	CANULA DE GUEDEL 2-0	UNIDADE	2		
17/003	CANULA DE GUEDEL 3-0	UNIDADE	2		
17/004	CANULA DE GUEDEL 4-0	UNIDADE	2		
17/005	CANULA DE GUEDEL 5-0	UNIDADE	2		



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

17/006	CANULA DE GUEDEL 6-0	UNIDADE	2		
LOTE 17 - VALOR TOTAL					
LOTE 18 - GRUPO DE ITENS 18 - LÂMINAS, BISTURI E CABO DE BISTURI					
LOTE/ITEM	Descrição	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
18/001	CABO PARA BISTURI N° 03 DE INOX	UNIDADE	60		
18/002	CABO PARA BISTURI N° 04 DE INOX	UNIDADE	30		
18/003	LÂMINA BISTURI AÇO CARBONO N° 11 CAIXA COM 100	CAIXA	240		
18/004	LÂMINA BISTURI AÇO CARBONO N° 15 CAIXA COM 100	CAIXA	200		
18/005	LÂMINA BISTURI AÇO CARBONO N° 23 CAIXA COM 100	CAIXA	120		
18/006	LÂMINA BISTURI AÇO CARBONO N° 24 CAIXA COM 100	CAIXA	240		
18/007	LÂMINA FOSCA LAPIDADA 25,4x78,2 CAIXA COM 50	Caixa	400		
18/008	LANCETA PARA EXAME DE GLICEMIA CAIXA COM 100	CAIXA	960		
LOTE 18 - VALOR TOTAL					
LOTE 19 - GRUPO DE ITENS 19 - FRALDAS DESCARTÁVEIS					
LOTE/ITEM	Descrição	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
19/001	FRALDA DESCARTÁVEL TAMANHO G	PACOTE	6.000		
19/002	FRALDA DESCARTÁVEL TAMANHO GG	PACOTE	8.000		
19/003	FRALDA DESCARTÁVEL TAMANHO M	PACOTE	5.000		
19/004	FRALDA DESCARTÁVEL TAMANHO P	PACOTE	2.000		
LOTE 19 - VALOR TOTAL					
LOTE 20 - GRUPO DE ITENS 20 - TESTES RÁPIDOS					
LOTE/ITEM	Descrição	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
20/001	TESTE RÁPIDO DE GRAVIDEZ (Beta HCG)	UNIDADE	2.400		
20/002	TESTE RÁPIDO DE TROPONINA	UNIDADE	2.400		
LOTE 20 - VALOR TOTAL					
LOTE 21 - GRUPO DE ITENS 21 - MATERIAL DE PRIMEIRO-SOCORROS					
LOTE/ITEM	Descrição	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
21/001	TIPOIA TAMANHO GRANDE	UNIDADE	6		
21/002	TIPOIA TAMANHO MÉDIA	UNIDADE	6		
21/003	TIPOIA TAMANHO PEQUENA	UNIDADE	6		
21/004	REANIMADOR MANUAL ADULTO - AMBU	UNIDADE	5		
21/005	REANIMADOR MANUAL INFANTIL - AMBU	UNIDADE	5		
21/006	PRANCHA DE MADEIRA RÍGIDA	UNIDADE	2		
21/007	PRANCHA RÍGIDA COMPLETA	UNIDADE	2		
21/008	COLAR CERVICAL DESCARTÁVEL TAMANHO GRANDE	UNIDADE	3		
21/009	COLAR CERVICAL DESCARTÁVEL TAMANHO MÉDIO	UNIDADE	3		
21/010	COLAR CERVICAL DESCARTÁVEL TAMANHO PEQUENO	UNIDADE	3		



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

21/011	COLAR CERVICAL RESGATE GRANDE	UNIDADE	3		
21/012	COLAR CERVICAL RESGATE MÉDIO	UNIDADE	3		
21/013	COLAR CERVICAL RESGATE PEQUENO	UNIDADE	3		

LOTE 21 - VALOR TOTAL

LOTE 22 - GRUPO DE ITENS 22 - MATERIAL PARA COLETA DE RESÍDUOS					
LOTE/ITEM	DESCRIÇÃO	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
22/001	CAIXA COLETORA DE PERFUROCORTANTES 07 LITROS	UNIDADE	350		
22/002	CAIXA COLETORA DE PERFUROCORTANTES 13 LITROS	UNIDADE	500		
22/003	CAIXA COLETORA DE PERFUROCORTANTES 20 LITROS	UNIDADE	500		
22/004	SACO PARA LIXO HOSPITALAR PARA RESIDUOS 100 LITROS PACOTE COM 100	PACOTE	1.300		
22/005	SACO PARA LIXO HOSPITALAR PARA RESIDUOS 50 LITROS PACOTE COM 100	PACOTE	1.500		
22/006	SACO PRETO PARA LIXO CAPACIDADE 100 LITROS COM 100	PACOTE	100		

LOTE 22 - VALOR TOTAL

LOTE 23 - GRUPO DE ITENS 23 - ESTERELIZAÇÃO					
LOTE/ITEM	DESCRIÇÃO	MED. DE FORNEC.	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
23/001	FITA ADESIVA HOSPITALAR 19MMx50M	UNIDADE	24		
23/002	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE ROLO 19MMx30m	UNIDADE	24		
23/003	PAPEL GRAU CIRURGICO PARA ESTERILIZAÇÃO 15cmx100m	UNIDADE	300		
23/004	PAPEL GRAU CIRURGICO PARA ESTERILIZAÇÃO 20cmx100m	UNIDADE	300		
23/005	PAPEL GRAU CIRURGICO PARA ESTERILIZAÇÃO 25cmx100m	UNIDADE	200		
23/006	PAPEL GRAU CIRURGICO PARA ESTERILIZAÇÃO 8cmx100m	UNIDADE	120		

LOTE 23 - VALOR TOTAL

21.2. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso, de forma que não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

22. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO “MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS (LOTE)”:

22.1. Nos termos do disposto no Art. 33, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, o julgamento das propostas será realizado com base no critério de menor preço, sendo adotada, no presente caso, a modalidade de julgamento por grupo de itens (lote), com respaldo nos princípios da eficiência, economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. A adoção do critério de menor preço por grupo de itens (lote) decorre da natureza complementar e/ou logística dos itens agrupados, os quais compartilham características de similaridade quanto à destinação e uso, o que recomenda o seu tratamento conjunto. Agrupá-los em lotes visa racionalizar a execução contratual, reduzindo o número de contratos, ordens de fornecimento, requisições de entrega e demais atos administrativos correlatos, o que se traduz em maior celeridade e eficiência na gestão pública. Ademais, a contratação em lotes proporciona maior eficiência logística, pois permite que um único fornecedor seja responsável pela entrega de todos os itens do lote, garantindo maior controle de prazos, melhor organização da distribuição e maior garantia de compatibilidade



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

entre os bens ou serviços fornecidos. Outro ponto de relevo é a possibilidade de obtenção de economia de escala, visto que a aquisição de um conjunto de itens de forma agrupada permite, ao fornecedor, otimizar seus custos operacionais (frete, embalagem, faturamento, entre outros), podendo assim apresentar preços unitários mais competitivos. Esta economia se reverte em propostas comerciais mais vantajosas para a Administração, contribuindo para a economicidade do procedimento. Por fim, ressalta-se que a formação dos lotes observou o agrupamento de itens com características técnicas e funcionais similares, sem comprometer a competitividade do certame, haja vista que o mercado fornecedor consultado em pesquisa prévia revelou a existência de empresas com capacidade técnica e operacional para fornecer todos os itens do lote, não configurando, portanto, restrição indevida à ampla participação de interessados. Diante do exposto, considera-se tecnicamente adequada e legalmente justificável a adoção do critério de julgamento menor preço por grupo de itens (lote), por representar a melhor estratégia para a obtenção da proposta mais vantajosa, em consonância com os princípios que regem a contratação pública.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. Qualquer alteração no contrato, incluindo mudanças nas especificações técnicas e quantidades, deverá ser formalmente acordada entre as partes e documentada através de aditamento, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.2. A Prefeitura Municipal de Parazinho se reserva o direito de rescindir o contrato em caso de descumprimento das obrigações por parte do fornecedor, conforme previsto na legislação vigente aplicável à matéria.

23.3. Em caso de descumprimento de quaisquer obrigações contratuais, poderão ser aplicadas penalidades ao fornecedor, mediante sanções previstas na legislação vigente. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da execução é aquela prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

23.4. Os produtos objeto deste termo estão dentro da padronização seguida pelo Município de Parazinho/RN.

23.5. O grupo de itens (lote) cujo valor estimado da contratação seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será destinado exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados.

23.6. Aplicam-se à contratação do objeto pleiteado as disposições legais da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do Decreto Municipal nº 025/2022/GP/PMP, no que couber.

Parazinho/RN, em 07 de julho de 2025.

Equipe de planejamento:

Gildenilson Soares de Oliveira
Coordenador

Silvana da Silva Soares
Membro

Genuncia Silva Andrade
Membro



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

ANEXO II – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

TERMO DE CONTRATO Nº XXX/XXXX – MINUTA

Pelo presente instrumento de contrato, sendo de um lado como **CONTRATANTE**, o MUNICÍPIO DE PARAZINHO, inscrito no CNPJ sob o nº 08.113.631/0001-29, com sede na Praça Senador João Câmara, nº 20, Centro, Parazinho/RN, representado pela Prefeita, a Sra. Rita de Luzier de Souza Martins, inscrita no CPF sob o nº 465.385.774-15, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada no Município de Parazinho/RN, e do outro lado como **CONTRATADA**, _____, no final assinados, ficam contratados de acordo com a Lei Federal nº 14.433/2021, conforme especificações a seguir:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO:

O presente instrumento tem como objetivo a aquisição de insumos médico-hospitalares para atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Parazinho/RN.

CLÁUSULA 2ª - DO REGIME DE EXECUÇÃO:

O presente Contrato será executado sob o regime de execução indireta.

CLÁUSULA 3ª – DO MODELO DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

Os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência parte do processo administrativo de Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025, sendo parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA 4ª – DO PREÇO E VALOR CONTRATUAL:

Pela execução deste Contrato será paga a importância global de R\$ _____ (_____), conforme grupo de itens, quantidades e preços especificados na(s) tabela(s) anexa(s).

CLÁUSULA 5ª – DO FATURAMENTO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E DA PENALIDADE PELO ATRASO DE PAGAMENTO:

Os pagamentos pela execução contratual serão realizados em conformidade com as seguintes disposições:

- a) O faturamento das despesas será realizado conforme especificação constante na Ordem de Compra/Serviço, devendo ser em nome do Município de Parazinho/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.113.631/0001-29, com endereço na Praça Senador João Câmara, nº 20, Centro, Parazinho/RN;
- b) O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do Setor de Compras Municipal, acompanhada das certidões negativas de débitos referentes à Regularidade Fiscal e Trabalhista legalmente exigíveis;
- c) As notas fiscais/faturas devem ser encaminhadas na forma da alínea “b” acima, mediante protocolo de solicitação de cobrança, e quando apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA, de forma que o seu vencimento ocorrerá após a data de sua reapresentação válida para as correções solicitadas, não respondendo o CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;
- d) O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA;
- e) Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da execução e aceitação do produto, este não estiver em perfeitas condições no que tange a qualidade do material fornecido, bem assim de acordo com as especificações estipuladas no Termo de Referência parte integrante do processo administrativo de Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025;
- f) Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando a CONTRATADA for notificada para sanar as ocorrências relativas à execução do celebrado ou a documentação apresentada, a respectiva cobrança perante o CONTRATANTE será tornada sem efeito, com a consequente exclusão da lista classificatória de credores;
- g) A fornecedor será reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem dos prazos de liquidação e pagamentos oponíveis à



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

CONTRATADA;

- h) As despesas referentes ao objeto correrão à conta dos recursos do orçamento geral do Município vigente e especificadas as dotações orçamentárias descritas nas autorizações de serviço/compra emitidas;
- i) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (atualização monetária) devida pelo CONTRATANTE, será calculada mediante a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança;
- j) O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, decorrente dos serviços e/ou produtos recebidos, constitui motivo para extinção deste contrato, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- k) O atraso injustificado na execução sujeita a CONTRATADA às sanções contratuais cabíveis previstas no Termo de Referência parte integrante do processo administrativo de Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025 e neste Contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- l) As demais cláusulas são aquelas previstas neste Contrato e no Termo de Referência parte integrante do processo administrativo de Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025;
- m) Os preços contratuais serão reajustados e atualizados na forma do disposto neste Contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021; e
- n) Os pagamentos também deverão observar as disposições constantes no “Capítulo X – Dos Pagamentos” da Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber.

CLÁUSULA 6ª – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

I – O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

a) Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a.1) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos; e
- a.2) Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pelo Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Por acordo entre as partes, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial deste Contrato, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução contratual tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida.

II – Nas alterações unilaterais a que se refere a alínea “a.2” acima, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.

III – As alterações unilaterais a que se refere a alínea “a.1” acima, não poderão transfigurar o objeto da presente contratação.

IV – Caso haja alteração unilateral deste Contrato que aumente ou diminua os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

V – A extinção deste Contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

VI – A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela CONTRATADA, das prestações determinadas pelo CONTRATANTE no curso da execução deste Contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

VII – Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

VIII – Registros que não caracterizam alteração deste Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- a) Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos neste Contrato;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

- b) Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas neste Contrato;
- c) Alterações na razão ou na denominação social da CONTRATADA; e
- d) Empenho de dotações orçamentárias.

IX – O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 15 (quinze) dias, contados do efetivo recebimento.

CLÁUSULA 7ª – DO REAJUSTE:

I – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

II – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice “IGP-M”, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

III – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

IV – No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

V – Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

VI – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

VII – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

VIII – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA 8ª – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

São condições de execução do presente Contrato:

- a) Os produtos deverão ser fornecidos em conformidade com as condições e prazos estabelecidas no Termo de Referência parte integrante do processo de Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025;
- b) Os produtos serão entregues de forma parcelada, cujas quantidades serão solicitadas conforme a solicitação ou a ordem formal de compra a serem emitidas de acordo com a necessidade do setor ou Secretaria solicitante, não havendo estipulação de consumação mínima ou máxima, sendo OBRIGAÇÃO do fornecedor efetuar a entrega dos produtos solicitados rigorosamente no prazo e quantidades requeridas;
- c) Os produtos solicitados deverão ser entregues no Município de Parazinho/RN, na sede do órgão solicitante;
- d) Os produtos deverão apresentar prazo de validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, conforme o caso, a contar da data da efetiva entrega;
- e) Os produtos deverão apresentar prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data da efetiva entrega, conforme o caso;
- f) Os produtos deverão estar em estrita conformidade com as normas definidas pelo INMETRO e/ou ABNT, conforme o caso;
- g) Os produtos deverão estar em estrita conformidade com as normas definidas pela ANVISA e/ou Ministério da Saúde, conforme o caso;
- h) As mercadorias ainda não fornecidas não gerarão obrigação de pagamento ao fornecedor, inclusive quanto a sua guarda;
- i) As embalagens dos produtos deverão conter as respectivas especificações técnicas, informações do fabricante, apresentar dados de identificação do produto, procedência, data de fabricação, prazo de validade, conforme o caso;
- j) Os produtos deverão estar estritamente de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência parte integrante do processo de Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

- k) Sendo constatado o fornecimento de produtos de qualidade duvidosa e que não atendam aos critérios de aceitação do CONTRATANTE, o fornecedor, após notificado, providenciará a regularização necessária em até 48 (quarenta e oito) horas; e
l) Caso haja atraso na entrega dos produtos, o fornecedor será notificado, devendo promover a devida regularização em até 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA 9ª – DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

I – Os bens/produtos serão recebidos, conforme o caso:

- Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais; e
- Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

II – O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com este Contrato, bem como com as especificações constantes no Termo de Referência parte integrante do processo de Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025.

III – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da execução do objeto, nos limites estabelecidos pela lei ou por este Contrato.

IV – O recebimento provisório se dará a partir da entrega do bem/produto, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência parte integrante do processo de Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025.

V – O recebimento definitivo se dará após a verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência parte integrante do processo de Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025, e sua consequente aceitação, que se dará em até 5 (cinco) dias do recebimento provisório.

VI – Na hipótese de a verificação a que se refere o inciso anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia seguinte do esgotamento do prazo.

CLÁUSULA 10 – DA VIGÊNCIA:

A vigência do presente Contrato se inicia em sua assinatura, com término em _____.

CLÁUSULA 11 – DA FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização deste Contrato ocorrerá da seguinte forma:

- Estão devidamente designados pela autoridade competente do CONTRATANTE o(a) Senhor(a) _____ na função de “Gestor do Contrato”, nos termos do Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições;
- O Gestor do Contrato terá o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as cláusulas deste Contrato e especificações contidas no Termo de Referência parte integrante do processo de Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025; e
- Caberá ao Gestor do Contrato, e ao seu substituto nas hipóteses de seu afastamento e/ou impedimento legal, o cumprimento das atribuições legalmente previstas.

CLÁUSULA 12 – DAS PENALIDADES E MULTAS:

A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da execução deste Contrato é aquela prevista no Termo de Referência parte integrante do processo de Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025, bem como na Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

CLÁUSULA 13 – DOS CUSTOS OPERACIONAIS:

Já deverão estar inclusos nos preços contratados, os custos operacionais incidentes no objeto, tais como: despesas com funcionários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, locação e/ou depreciação de equipamentos utilizados, impostos, taxas, fretes, seguros e qualquer outro que incida na execução.

CLÁUSULA 14 – DAS OBRIGAÇÕES:

Do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este Contrato;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência parte integrante do processo de Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025;
- c) Repassar toda e qualquer informação e/ou esclarecimento essenciais à execução do objeto;
- d) Receber provisoriamente os bens/produtos, disponibilizando local adequado;
- e) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste termo, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, através de servidor especialmente designado (Fiscal do Contrato);
- g) Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, através do Fiscal do Contrato, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- h) Notificar formalmente a CONTRATADA quando forem constatados inadimplementos contratuais, para que este, dentro do prazo determinado, promova a solução do problema;
- i) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- j) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- k) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- l) Responder, no prazo máximo estabelecido neste Contrato, eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA;
- m) Comunicar o fornecedor qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Contrato;
- n) Comunicar à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que seja pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia acerca da execução quanto à dimensão, qualidade e quantidade e, conforme o Art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual autoriza expressamente que não seja paga a parcela do objeto executada em desconformidade com o previsto;
- o) Aplicar ao fornecedor sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do objeto, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021; e
- p) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

Da CONTRATADA:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, bem como no Termo de Referência parte integrante do processo de Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Arcar com todas as despesas de pagamentos de seguros, tributos, fretes, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária e criminal, acaso devidos em decorrência da execução do objeto;
- c) Assumir inteira responsabilidade administrativa, penal e criminal por quaisquer danos, materiais ou pessoais, causados a terceiros, acaso devida em decorrência da execução do objeto;
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

- e) Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal ou Gestor deste Contrato ou autoridade superior, nos termos do Art. 137, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- g) Manter, durante o prazo de execução do objeto, todas as exigências de habilitação e qualificação legalmente exigidas para a contratação;
- h) Efetuar a entrega dos bens/produtos em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pelo CONTRATANTE, em estrita observância das especificações do Termo de Referência parte integrante do processo de Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025, acompanhado da respectiva Nota Fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia e/ou validade, conforme o caso;
- i) Promover a entrega dos bens/produtos devidamente acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;
- j) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os Arts. 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), conforme o caso;
- k) Atender prontamente a quaisquer exigências do CONTRATANTE inerentes à manutenção da regular execução do objeto;
- l) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- m) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- n) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- o) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- p) Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- q) Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- r) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (Art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021); e
- s) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato.

CLÁUSULA 15 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:

As despesas para atender à presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no OGM – Orçamento Geral do Município, conforme abaixo delineado:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0052 MAN. DO FUNDO MUN DE SAÚDE

Ação: 201800 MAN. DO FUNDO MUN. DE SAÚDE-FMS

Natureza: 339030 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 15001002

Unidade Orçamentária: 09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

Sub-função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0052 MAN. DO FUNDO MUN DE SAÚDE

Ação: 202000 MAN.DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Natureza: 339030 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 15001002

Unidade Orçamentária: 09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-função: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 0052 MAN. DO FUNDO MUN DE SAÚDE

Ação: 202100 MANUT.DE REC DO EST PARA SAÚDE

Natureza: 339030 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 15001002/16590000

Unidade Orçamentária: 09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-função: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 0052 MAN. DO FUNDO MUN DE SAÚDE

Ação: 202200 MANUT DA GESTÃO DO SUS

Natureza: 339030 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 15001002/16000000

Unidade Orçamentária: 09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-função: 303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO

Programa: 0052 MAN. DO FUNDO MUN DE SAÚDE

Ação: 202400 REC DO SUS-PROM. ASSIST. FARM. E INSUMOS

Natureza: 339030 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 15001002/ 16000000

Unidade Orçamentária: 09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-função: 303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO

Programa: 0052 MAN. DO FUNDO MUN DE SAÚDE

Ação: 202500 REC. DO SUS-ORG. DA ASSIST. FARMACEUTICA

Natureza: 339030 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 15001002/ 16000000

Unidade Orçamentária: 09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-função: 303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO

Programa: 0052 MAN. DO FUNDO MUN DE SAÚDE

Ação: 295400 MAN. REC EST. FARMÁCIA BÁSICA

Natureza: 339030 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 16210000

CLÁUSULA 16 – DA AUTORIZAÇÃO:

A presente contratação foi balizada através do processo administrativo de Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025, autorizada pela autoridade competente em _____ de _____ de _____, nos termos da Lei Federal nº 14.433/2021.

CLÁUSULA 17 – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

Nos termos dos Art. 107 da Lei Federal nº 14.433/2021 e conforme o caso, a vigência do presente Contrato poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja a comprovação, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA 18 – DO LIVRE ACESSO:

A CONTRATADA fica obrigada a permitir, a qualquer tempo, o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e/ou externo, aos seus documentos e registros contábeis, bem como a todos os documentos e/ou informações relativas e apresentadas para a presente contratação.

CLÁUSULA 19 – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

I – Constituirão motivos para extinção do presente Contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos, conforme o caso;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução contratual ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução contratual;
- f) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; e
- g) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

II – A CONTRATADA terá direito à extinção deste Contrato nas seguintes hipóteses:

- a) Supressão, por parte do CONTRATANTE que acarrete modificação do valor inicial contratado além do limite permitido no Art. 125 da Lei Federal nº 14.433/2021;
- b) Suspensão da execução deste Contrato, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas; e
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.

III – As hipóteses de extinção a que se referem as alíneas “b”, “c” e “d” do inciso II acima, observarão as seguintes disposições, conforme o caso:

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a CONTRATADA tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do caput do Art. 124 da Lei Federal nº 14.433/2021; e
- c) Os emitentes das garantias previstas no Art. 96 da Lei Federal nº 14.433/2021 deverão ser notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

IV – A extinção deste Contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do CONTRATANTE; e
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

V – A extinção determinada por ato unilateral do CONTRATANTE e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

VI – Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do CONTRATANTE, a CONTRATADA será resarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução garantia, se houver;
- b) Pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data de extinção; e
- c) Pagamento do custo da desmobilização, se houver.

CLÁUSULA 20 – DA SUBCONTRATAÇÃO:

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA 21 – DA VINCULAÇÃO À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

Aplica-se à presente contratação as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive quanto aos casos omissos.

CLÁUSULA 22 – DO FORO:

Fica eleito para dirimir as questões ou dúvidas provenientes deste termo, o Foro da Comarca do Município de João Câmara/RN.

E por estarem justos e contratados, mandou-se lavrar o presente termo, em 02 (duas) vias, para que surtam os efeitos legais e jurídicos.

Parazinho/RN, em _____ de _____ de _____.

Rita de Luzier de Souza Martins
Pelo Contratante

Pela Contratada

Testemunhas:

1._____ Documento:_____

2._____ Documento:_____



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

ANEXO III – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

MODELO DA DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES E TERMOS DO EDITAL

À

Prefeitura Municipal de Parazinho
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025.

DECLARAÇÃO

Declaramos ter ciência e pleno conhecimento dos termos do Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025, submetendo-nos às condições nele estabelecidas.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

ANEXO IV – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

MODELO DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DO EDITAL

À

Prefeitura Municipal de Parazinho
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025.

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins necessários que cumprimos com os requisitos de habilitação constantes no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025, estando cientes que responderemos pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

ANEXO V – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS
PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

À
Prefeitura Municipal de Parazinho
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025.

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da lei e para fins do disposto no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025, que atendemos à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

ANEXO VI – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPOSTA ECONÔMICA OFERTADA
COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS
TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS NORMAS INFRALEGAIS**

À
Prefeitura Municipal de Parazinho
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025.

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da lei e para fins do disposto no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025, que a “Proposta Econômica” ofertada no evidenciado certame compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas Convenções Coletivas de Trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

ANEXO VII – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

MODELO DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

À

Prefeitura Municipal de Parazinho
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025.

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da lei e para fins do disposto no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação no referido processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

ANEXO VIII – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA
DE EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRANTE OU FORÇADO**

À

Prefeitura Municipal de Parazinho
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025.

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da lei e para fins do disposto no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025, que não possuímos em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do Art. 1º e no inciso III, do Art. 5º, da Constituição Federal.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

ANEXO IX – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA FINS DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADOS
(PARA O CASO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADOS)

À
Prefeitura Municipal de Parazinho
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025.

DECLARAÇÃO

Na condição de ME/EPP/Equiparado, declaramos para fins do disposto no § 2º, do Art. 4º, da Lei nº 14.133/2021, bem como em atendimento ao Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025, que no ano-calendário de realização da referida licitação ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparado, de forma que fazemos jus a obtenção dos benefícios que se referem os Arts. 42 a 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

ANEXO X – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS

À
Prefeitura Municipal de Parazinho
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025.

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da lei e para fins do disposto no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025, que tomamos conhecimento pleno de todas as informações e das condições locais visando o cumprimento das obrigações relativas ao objeto da evidenciada licitação, cientes de não poder alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

Empresa: _____

CNPJ:

Em. de de .

Assinatura e identificação do representante legal da empresa



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
PALÁCIO PREFEITO DOMINGOS PAULINO PEREIRA**

ANEXO XI – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

DA DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MÃO DE OBRA INFANTIL

À

Prefeitura Municipal de Parazinho
Ref. Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025.

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins do disposto no Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como em atendimento ao estabelecido no Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025, que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz ().

OBS: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Em, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa